

UNIVERSIDADE DO MINHO  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Ciências da Comunicação

# **Jornalismo**

**Relatório do programa, conteúdo  
e métodos de ensino teórico e prático**

por  
**Manuel Joaquim da Silva Pinto**

**Braga, Janeiro de 1999**

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>O Jornalismo como campo de estudo: orientações e pressupostos .....</b>	<b>5</b>
<i>1. O Jornalismo como campo social autónomo .....</i>	<i>6</i>
<i>2. Eixos e pressupostos para a formação em Jornalismo .....</i>	<i>10</i>
<i>3. Entre as teorias e as práticas .....</i>	<i>14</i>
<b>Enquadramento: o ensino do Jornalismo .....</b>	
<i>1. A formação de jornalistas e a Universidade portuguesa .....</i>	<i>17</i>
<i>2. A disciplina de Jornalismo no quadro da Licenciatura em Comunicação Social .....</i>	<i>17</i>
	<b>20</b>
<b>Apresentação do programa .....</b>	
<i>1. Objectivos, estrutura e gestão da carga horária .....</i>	
<i>2. Métodos de ensino e de aprendizagem e processos de avaliação .....</i>	<i>23</i>
	<b>23</b>
<b>Conteúdos programáticos da disciplina de Jornalismo .....</b>	<b>26</b>
<i>1. Introdução .....</i>	
<i>2. Conceitos básicos da disciplina .....</i>	<i>30</i>
<i>3. Uma perspectiva histórica do Jornalismo e da imprensa .....</i>	<i>30</i>
<i>3.1. Quadro sócio-cultural de desenvolvimento dos media na sociedades moderna e contemporânea .....</i>	<i>31</i>
<i>3.2. Imprensa, Jornalismo e sociedade: séc. XVI-XX .....</i>	<i>34</i>
<i>3.3.. o caso português .....</i>	<i>37</i>
<i>4. Uma perspectiva integrada do campo jornalístico .....</i>	<i>39</i>
<i>4.1. A informação e o Jornalismo no quadro do sistema social global.....</i>	<i>40</i>
<i>4.2. As empresas jornalísticas .....</i>	<i>41</i>
<i>4.3. As tecnologias e a informação .....</i>	<i>43</i>
<i>4.4. Os profissionais da informação .....</i>	<i>46</i>
	<b>48</b>

4.5. A produção das mensagens jornalísticas	51
.....	56
4.6. As audiências e as práticas culturais de recepção e apropriação	
.....	59
<b>5. Uma reflexão global sobre o Jornalismo e a sociedade: algumas</b>	<b>67</b>
<b>contribuições teóricas</b> .....	<b>68</b>
<b>6. Temas transversais na reflexão e compreensão do Jornalismo</b> .....	<b>69</b>
6.1. Liberdade de expressão e de informação .....	70
6.2. Objectividade e subjectividade no Jornalismo	72
.....	72
6.3. Dimensões éticas no Jornalismo .....	73
6.4 . Sensacionalismo, espectacularização da informação,	75
‘infotainment’ .....	78
6.5. Desafios ao Jornalismo na era electrónica	86
.....	
6.6. Jornalismo, cidadania e educação .....	
<b>Notas conclusivas e prospectivas</b> .....	
<b>Bibliografia</b> .....	
<b>Anexos</b> .....	

## **Introdução**

Será que o estudo do Jornalismo “pode ser justificado como uma forma de conhecimento, uma porta de entrada no currículo, uma actividade a que alguém possa dedicar de forma útil a sua vida profissional?”. A pergunta, formulada já lá vão 25 anos por James Carey<sup>1</sup>, a propósito da História do Jornalismo, é daquelas que nunca encontram uma resposta satisfatória, para quem se interroga acerca do sentido e alcance daquilo que faz. E se bem que não faça muito sentido trazê-la quotidianamente como companheira de viagem, não deixa de ser salutar que, de quando em vez, de forma espontânea ou em contexto mais formal, nos confrontemos com ela e nos deixemos por ela desafiar. O relatório que o leitor tem diante de si é - ou resulta de - um desses momentos, no caso, decorrente de uma exigência do Estatuto da Carreira Docente Universitária, que constituiu para nós uma excelente oportunidade de reflectir sobre uma das actividades que ocupa boa parte das nossas energias quotidianas, no plano profissional.

A disciplina que elegemos foi a de Jornalismo, que, como teremos ocasião de desenvolver mais adiante, leccionamos no Curso de Comunicação Social da Universidade do Minho. Guiados pelo que a lei estabelece e pelo que os usos e costumes ensinam, concebemos este relatório de modo a proporcionar ao leitor uma percepção de alguns referenciais acerca do modo como entendemos o Jornalismo; um enquadramento da disciplina no ensino universitário português e no Curso específico em que na nossa Universidade ela se insere; uma apresentação do programa, considerando, nomeadamente, a sua lógica, os conteúdos programáticos, as metodologias e recursos de trabalho e os processos de avaliação; e, finalmente, uma nota final de reflexão e de prospectiva.

### **O Jornalismo como campo de estudo - orientações e pressupostos**

O Jornalismo é, antes de mais, um dos modos de captar, enunciar e interpretar o “presente social”<sup>2</sup> e de dá-lo a conhecer a um universo de interessados mais ou menos alargado. Configura, por isso mesmo, um campo específico que se inscreve no campo mediático e no campo social mais vasto, sendo dele indissociável.

---

<sup>1</sup> James Carey (1974) ‘The Problem of Journalism History’. Transcrito in Munson, E.S. & Warren, C.A (eds) (1997) *James Carey: a Critical Reader*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 86.

<sup>2</sup> Lorenzo Gomis (1991) *Teoría del Periodismo*. Barcelona: Paidós, p. 15

Tomamos aqui o Jornalismo simultaneamente como campo específico, como ocupação que pressupõe a acção de um grupo profissional no quadro das ocupações sociais e, finalmente como disciplina e formação académica, cuja razão de ser é precisamente aprofundar as bases teóricas e metodológicas exigidas pela necessidade e desafio de iluminar o lugar, papel e processos do Jornalismo nas sociedades contemporâneas.

Historicamente, o Jornalismo constitui-se como actividade e ocupação profissional e, só posteriormente, como domínio de pesquisa científica e como disciplina académica, cujo objecto é precisamente o estudo daquela actividade e das vertentes que a configuram e contextualizam. Ora, se, como salienta Mathien (1995), esta actividade é um fenómeno relativamente recente, do ponto de vista histórico, o seu estudo científico é-o ainda mais.

Etimologicamente, o termo Jornalismo remete-nos para uma prática de difusão quotidiana da informação. De facto, o termo refere-se ao substantivo jornal, que é de facto originariamente um adjectivo que designa a vida / o ritmo diurno (*diurnalis*<*diurnus*). O jornal é, assim, em rigor, o jornal diário e reporta-se - digamo-lo desta maneira, neste momento - ao que ocorre de significativo e de interessante no espaço de um dia. Por extensão semântica, acaba por designar toda a actividade de produção e divulgação da informação de actualidade, marcada por um certo período temporal, de maior ou menor extensão<sup>3</sup>.

Em sentido restrito, o Jornalismo pode ser entendido como uma ocupação e como uma técnica de recolha, elaboração e difusão de informação de actualidade através de meios de difusão colectiva, no quadro de organizações/instituições próprias e em contextos sócio-culturais e políticos determinados.

A perspectiva de abordagem do Jornalismo que adoptamos é predominantemente uma perspectiva sociológica. Procura, assim, compreender a especificidade da actividade jornalística e dos jornalistas nas suas interacções com o sistema social global. De modo particular, trata de indagar quer as dimensões e modalidades em que essa actividade se configura como agência activa daquele sistema, quer aquelas em que é um produto instituído e configurado pelo quadro mais amplo em que se inscreve e de que faz parte. Demarcamo-nos, assim, de orientações que procuram analisar e compreender este campo tão complexo das sociedades contemporâneas por si próprio, como se se tratasse de um sistema fechado, um território insularizado e desligado das mediações e intercâmbios com o sistema social envolvente. O conceito de campo jornalístico, que Pierre Bourdieu

---

<sup>3</sup> E temos, assim, um jornalismo semanal, quinzenal, mensal ou trimestral e, no outro extremo, encontramos jornais - televisivos, radiofónicos, telemáticos - que são editados e difundidos várias vezes por dia. Veja-se, sobre a questão da 'periodicidade', Ángel Benito (1995), especialmente pp. 125-135.

aprofundou em trabalho recente, parece-nos constituir, na orientação que seguimos, bom enquadramento e ponto de apoio para ancorar o itinerário de reflexão sobre o jornalismo, itinerário que é necessariamente de aproximação, de interrogação, de compreensão.

### ***1. O Jornalismo como campo social autónomo***

O conceito de campo tem sido objecto de propostas de diferentes orientações teóricas e revela-se pertinente para analisar a posição do Jornalismo no espaço social global. Pode entender-se campo como, segundo Augusto Santos Silva, “um espaço de posições e relações minimamente institucionalizadas ou então em processo de institucionalização”, cuja autonomia se define “por relação à autonomia de todos os outros [campos] pertinentes, num modelo de co-determinação, segundo hierarquias complexas, variáveis e cruzadas, entre campos”<sup>4</sup>. Além desta institucionalização e deste modelo de co-determinação, revela-se pertinente a sugestão de Bourdieu de que o campo é um espaço social em que se jogam e conflituam relações de forças de natureza económica, mas também simbólica<sup>5</sup>.

Tem-se associado a génese dos campos sociais à modernidade, num processo que, a partir dos séc. XV-XVI, se caracteriza, na proposta de Adriano Duarte Rodrigues, pela “ruptura” progressiva, mas evidente, relativamente à “ordem totalizante do religioso” que fora, até então, o elemento de aglutinação das diferentes dimensões ou esferas do social. O campo social constitui, ainda segundo aquele autor, “um sujeito de enunciação” que detém a “capacidade de impor com legitimidade indiscutível algo ao conjunto do tecido social”<sup>6</sup>.

O campo jornalístico constitui uma esfera com um relativo grau de especificidade e de autonomia no campo mediático, cabendo-lhe, além de um papel de mediação entre os diferentes campos sociais, a enunciação-construção da informação de actualidade. Bourdieu entende-o como “lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação”: uma baseada em critérios internos e outra em critérios externos. Por um lado, o reconhecimento *inter pares*, que advém do grau de consonância com - da adesão ou ruptura, da implicação ou do distanciamento face aos - valores e princípios

---

<sup>4</sup> Augusto Santos Silva (1994) *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Afrontamento, p. 67.

<sup>5</sup> Cf. Pierre Bourdieu (1994) *Sur la Télévision, Suivi de l'Emprise du Journalisme*. Paris: Liber, p. 46

<sup>6</sup> Cf. Adriano Duarte Rodrigues (1990) *Estratégias da Comunicação*, Lisboa: Presença, p. 142 e 144.

socialmente construídos da profissão; por outro o reconhecimento do público (número de espectadores, de leitores, reconhecimento e prestígio, veredicto do mercado)<sup>7</sup>.

O quadro cada vez mais generalizado e onnipresente da lógica de mercado terá levado, na óptica de Bourdieu, à contaminação crescente do próprio campo jornalístico. Tal ocorreu especialmente com o impacto da lógica espectacularizante da televisão e porque, embora a produção jornalística se efectue necessariamente através de pessoas singulares, “os mecanismos de que o campo jornalístico é palco e os efeitos que estes exercem sobre os outros campos são determinados na sua intensidade e na sua orientação pela *estrutura* que o caracteriza”<sup>8</sup>. Ora, na mesma linha, a lógica específica do campo pauta-se sobretudo pela disputa de audiências - e logo pela ‘catcha’, pela primazia, pela velocidade, pela atenção-esquecimento, por um complexo jogo ora de mimetismo ora de distinção face à concorrência.

Bourdieu faz notar que a importância do campo jornalístico no sistema social advém do “monopólio de facto sobre os instrumentos de produção e de difusão de informação em larga escala”, o qual lhe permite definir o acesso ao espaço público e à existência e notoriedade públicas, e sobretudo, “impor ao conjunto da sociedade os seus princípios de visão do mundo, a sua problemática, o seu ponto de vista”. Para aquele sociólogo, ao tomar em consideração apenas determinados aspectos da realidade que se articulam com as suas categorias de observação e os seus critérios de noticiabilidade, este campo - e os profissionais do Jornalismo em particular - exercem sobre o conjunto da sociedade, sem porventura disso darem conta, uma “formidável censura” que tem a sua origem no “conjunto de pressupostos e de crenças” partilhadas no seu interior<sup>9</sup>.

Resta saber se esta ‘lógica do sistema’ e esta ‘ideologia profissional’ são de tal modo monolíticas e constrangedoras que impeçam a emergência e manifestação de lógicas contraditórias e de visões e procedimentos diferenciados. Este ponto merece ser considerado, para esclarecer em que medida nos movemos num quadro teoricamente determinista de relações entre campos ou, antes, num quadro em que os vários campos se co-determinam, de acordo com “hierarquias complexas, variáveis e cruzadas”, como notávamos atrás. Sobre isto, é necessário considerar não apenas as dinâmicas conflituais e mesmo as lutas internas à por vezes assim chamada “classe jornalística” e ao campo jornalístico no seu conjunto, mas também a diversidade de trocas e de influências recíprocas do campo jornalístico com os restantes campos sociais.

---

<sup>7</sup> Cf. Pierre Bourdieu, op. cit., p. 83.

<sup>8</sup> Cf. Pierre Bourdieu, op. cit., p. 87, *itálico no original*.

<sup>9</sup> Idem, pp. 52-54.

Quanto ao primeiro destes pontos (a dinâmica interna do campo jornalístico), um aspecto que tem merecido atenção diz respeito ao modo como se conjuga a cultura profissional dos jornalistas com as lógicas e orientações editoriais e empresariais dos meios informativos. Ora, conforme faz notar Solowski (1993), além da especificação dos padrões e normas de comportamento pelas quais os jornalistas se devem pautar, o “profissionalismo jornalístico” envolve ainda outros mecanismos que funcionam simultaneamente como processo de controlo e como processo de diferenciação, gerador de potenciais contradições. Um deles é a definição de políticas e de projectos editoriais ao nível de cada organização mediática, não necessariamente contraditórios com os valores e normas da profissão, mas que “localizam” e concretizam tais normas e valores com enfoques e ênfases distintos, tendo por base uma visão do papel da organização no espaço social mais amplo. O outro é o “sistema de recompensa profissional”, concretizável quer pela via da ascensão hierárquica (diferenciação de ‘status’), quer pela via do regime contratual e remuneratório individual (diferenciação económica), quer ainda pelas duas vias conjuntamente. Ou seja, a par de uma tendência igualizadora e homogeneizadora da “cultura profissional” incentivada pelas organizações profissionais (e eventualmente pela própria lei), verificam-se paralelamente mecanismos que introduzem no campo uma diferenciação ao nível do ‘status’ económico e simbólico dos actores e modos diferenciados de interpretar/ concretizar organizacionalmente os valores e normas da profissão<sup>10</sup>.

O outro aspecto - a vasta gama de trocas políticas, económicas e simbólico-ideológicas, com outros campos sociais - não parece menos relevante, na linha de reflexão que temos vindo a equacionar. De facto, seja pela sua natureza de campo autónomo do espaço social, seja pela sua especificidade de instância mediadora dos restantes campos, o campo jornalístico distingue-se, justamente, por um lado, pela visibilidade social, que o torna objecto de uma constante apreciação, para não dizer escrutínio e vigilância públicos, porquanto expõe em permanência o produto do seu trabalho; por outro lado, porque representa, enuncia e interpreta aspectos e realidades de todos os outros campos, o que faz dele terreno de constantes disputas acerca da sua legitimidade social e simbólica para fazer o que é suposto que faça.

---

<sup>10</sup> Uma mesma lei de imprensa, um mesmo estatuto do jornalista (quando eles existem), um mesmo código deontológico podem servir de referência a jornalistas de órgãos de referência e a tablóides, a um órgão de serviço público e a um órgão comercial, ao meio de informação pertencente a um grande grupo transnacional e a um humilde jornal local.



É certo que a mediação não se circunscreve nem é essencialmente - como porventura alguns analistas dão por vezes a entender - mero veículo ou amplificação dos eventos, acontecimentos e problemas, mas sim instância de definição e palco de representação da vida social. Ao lado - e em interacção - com outras instâncias e outros palcos, com os quais disputa (e com os quais permanentemente define e redefine) a sua legitimidade de campo autónomo. Porém, uma coisa é analisar os eventuais desvios e distorções que o afectam - como pode estar a ocorrer, nas últimas décadas com o peso da lógica televisiva e da espectacularização da informação - e outra bem diferente é o reconhecimento da lógica e papel específico do campo jornalístico no quadro dos mais campos sociais e enquanto instância simultaneamente por eles instituído e deles instituinte.

Assim, e em resumo, consideramos útil e operativo o recurso ao conceito de campo para tentar equacionar e compreender o lugar e papel do Jornalismo na sociedade. O campo estrutura-se em torno de valores, normas e procedimentos que se definem e redefinem permanentemente na relação com as lógicas, valores e normas de outros campos e do sistema social mais vasto. Entendemos essa relação como um compromisso histórica e socialmente construído, de equilíbrio instável. Pela sua natureza, ressentem-se de (e reflecte) os ventos dominantes que sopram em cada contexto histórico, constitui porventura, em certas conjunturas, um factor potenciador ou mesmo gerador desses mesmos ventos. Mas, ao contrário de um bloco homogéneo e monolítico, é também ele trespassado pelas lutas, contradições e dinâmicas de mudança de qualquer outro campo social .

## ***2. Eixos e pressupostos para a formação em Jornalismo***

Um dos pressupostos básicos que nos parece dever orientar o estudo crítico do fenómeno do Jornalismo nas sociedades modernas reside na necessidade de conciliar algo que, à primeira vista, parece inconciliável: a desmontagem de uma concepção técnico-naturalista da actividade jornalística, por um lado, e a afirmação da sua relevância – que diríamos ser cada vez maior – no espaço social, por outro.

Consideremos este último aspecto. A relevância social do Jornalismo não parece sofrer contestação. Nas sociedades modernas, os sistemas e as relações sociais distinguem-se certamente por uma crescente diferenciação e especialização funcional, mas, talvez mais ainda, por aquilo a que Anthony Giddens designou por descontextualização. Por este

conceito, aquele conhecido sociólogo entende a “separação das relações sociais dos contextos locais de interacção e a sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo” (1992, p. 16). Ou seja, através de um certo esvaziamento e estandardização do espaço e do tempo, as actividades sociais deixam de estar amarradas às relações de co-presença.

Os meios de comunicação e informação, quer na sua acepção de tecnologias, quer pelos conteúdos que veiculam, em especial a informação de actualidade, permitem criar uma multidimensionalidade dos tempos e dos espaços, favorecendo novas recontextualizações das instituições e relações sociais.

Os mapas cognitivos e as representações que vamos construindo do mundo em que vivemos dependem em grande medida daquilo que o sistema mediático-jornalístico elege e faz aceder à visibilidade social. E este processo adquiriu contornos tais, que se pode dizer que a notabilidade deixou, em boa medida, de constituir uma característica pertencente ou inerente em primeiro grau à substância dos eventos e ocorrências, para passar a depender da atenção e incidência sobre eles projectada pela notificação mediática. Os campos político, económico, cultural e desportivo, nomeadamente, vivem de tal modo um jogo de dependências e cumplicidades com o campo jornalístico, que quase se tornam incompreensíveis fora do campo de visibilidade que dessa forma recebem.

Por outro lado, a informação converteu-se num dos mais florescentes sectores da actividade económica, nomeadamente com o desenvolvimento e a convergência das chamadas novas tecnologias da informação e comunicação e com a expansão das redes electrónicas de comunicação e das respectivas formas de acesso.

Um aspecto relevante, neste contexto, é certamente o do leque de desafios colocados pela ‘explosão da informação’, sob o ponto de vista da quantidade, da diversidade e da velocidade, e pelos impactes decorrentes das inovações constantes, ao nível das formas do seu armazenamento, utilização e distribuição. Esta proliferação, que alguns autores entendem constituir um risco e mesmo uma ameaça<sup>11</sup>, suscita problemas que constituem, em nosso entender, dificuldades indelmentáveis, mas também justificação acrescida do papel do jornalismo.

Ao crescer exponencialmente a informação disponível, crescem na mesma medida os problemas da sua validade e fiabilidade (Agostini, 1996), com a particularidade de

---

<sup>11</sup> Neil Postman, por exemplo, vai ao ponto de considerar a proliferação de dados e de informações proporcionados pelas novas redes de comunicação como potenciadora de uma espécie de sida cultural, dado encontrar, nas sociedades em que se propaga, sistemas imunitários completamente destruídos (1990).

qualquer pessoa ou instituição poder (tecnicamente falando) passar a ser fonte difusora de informação. Em reforço deste risco está a carga simbólica e eufórica inerente à imagem das novas tecnologias, que leva ou pode levar a tomar por menos carente de confirmação ou apreciação crítica um dado ou informação delas proveniente<sup>12</sup>.

Aqui se vê, de modo eloquente, que as normas e convenções que caracterizam a ‘profissionalidade’ do Jornalismo – a localização de um facto no espaço e no tempo, a identificação dos protagonistas dos eventos, a citação das fontes, o recurso a critérios de valorização dos acontecimentos, para já não falar da obediência a um código deontológico a que todos os profissionais reconhecidos como tal estão obrigados – constituem um não firmado, mas fundamental, contrato com o público, que lhe assegura, pelo menos, pontos de referência que concorrem para a qualidade da informação.

É precisamente neste quadro que importa caracterizar e analisar criticamente as representações comuns acerca do papel do Jornalismo e da actividade jornalística. Aparentemente, continua a ser válido o retrato que fez, em tempos, Umberto Eco, relativamente à ideologia reinante no meio profissional, designadamente no contexto italiano: “existe uma fonte da notícia, que é um dado da realidade independente; depois, a informação, que se encontra ao serviço da realidade objectiva, transforma os factos, a que teve acesso através da fonte, em mensagens, distribuindo-as aos destinatários”<sup>13</sup>.

Se os factos falassem por si, a tarefa dos jornalistas talvez fosse mais fácil de levar a cabo, mas também seria por certo mais tecnocrática e burocratizada. Mas os factos – que já exprimem um determinado modo de perceber o que ocorre à nossa volta – não são por si informação e não podem ser colocados ao dispor dos interessados se não for através da sua enunciação, através da linguagem.

Os profissionais do Jornalismo têm necessariamente de, em cada momento, seleccionar, avaliar, construir relatos e interpretações, a partir de dados e informações que recolhem de diferentes modos e em diversas fontes. O processo produtivo ocorre frequentemente em condições de pressão – desde logo de espaço e de tempo – que exigem a definição de critérios de classificação e a implementação de rotinas de produção, para fazer face à imprevisibilidade e multiplicidade de áreas das ocorrências da vida social.

---

<sup>12</sup> Referindo-se à sua experiência de cinco anos a observar comportamentos e atitudes numa escola dos EUA, uma bibliotecária observou que “os estudantes – e mesmo alguns professores - acreditam que algo a que tenham acesso através do computador é melhor do que se estiver contido num livro” (<http://inst.augie.edu/~asmith>). Como é lógico, a questão coloca-se não apenas para o público em geral, mas também para os próprios jornalistas.

<sup>13</sup> Eco, Umberto (1979) ‘Obbjetività dell’Informazione: il Dibattito Teorico e le Trasformazioni della Società Italiana’, in VV. AA. *Informazione: Consenso e Disenso*. Milão: Il Saggiatore. Cit. In Rodrigo Alsina, 1989, p.174.

A avaliação do interesse e importância dos eventos e a capacidade de indagar o sentido e alcance dos acontecimentos e de sopesar a validade dos factos pressupõem uma formação humanística e sociocultural apurada e exigente.

De entre as qualidades ou virtudes que se torna imperioso cultivar, no processo de formação dos jornalistas, a procura incessante da verdade constitui uma dimensão fundamental. Trata-se, evidentemente, de uma matéria que dificilmente se ensina, mas que se pode promover, tomando nomeadamente os códigos deontológicos e as disposições jurídicas como referência. E, de resto, uma das formas de aprofundar esta busca permanente da verdade passa por alertar para a complexidade das situações com que o jornalista lida de forma sistemática. Não se trata tanto de induzir reflexões de natureza filosófica sobre o que vem a ser a verdade, mas de partir de situações e de acontecimentos em que a verdade vai sendo procurada, construída (ou, eventualmente, dificultada e ocultada)<sup>14</sup>. A capacidade de indagação, de relacionamento de factos e de interrogação são competências importantes a desenvolver, combinadas com uma boa dose de tenacidade e, certamente, de humildade.

Neste quadro, consideramos muito importante que a abordagem crítica ao fenómeno jornalístico tenha em conta e analise as categorias que predominam na captação da realidade social, ao nível da cultura profissional e da lógica que tende a dominar no sector. Parece-nos de especial significado um aspecto enfatizado por diferentes autores, que consiste na hipervalorização do acontecimento, enquanto “medida” hegemónica de todas as escalas temporais<sup>15</sup>. Como observa Wolton e, na sua esteira, Mauro Wolf, esta preponderância do novo, do imediato e do visível, que caracterizam o incessante fluxo informativo que “inunda” o espaço público mediatizado opera ou favorece uma simplificação e uma fragmentação da vida social, as quais conflituam necessariamente com a reconhecida complexidade dos problemas de que a informação jornalística trata. Por definição, a complexidade não é facilmente compreensível; isto é, exige a aturada recolha de elementos, tempo para os relacionar e digerir. Deste ponto de vista, considera Wolf (1997), “estão a desenhar-se assincronias profundas entre o tempo da informação e o tempo do conhecimento, relativamente aos problemas sociais e suas possíveis soluções”.

---

<sup>14</sup> Um exemplo de uma catadupa que seria possível referir: quando, por altura dos Jogos Olímpicos de Atlanta, em Julho de 1996, a pessoa que deu conta da existência da bomba no Centennial Park passou, no espaço de poucos dias, de um simples desconhecido, a herói nacional, depois a psicopata e potencial assassino, situação atenuada por indicadores que o apontavam, afinal, como inocente e, finalmente, como eventual autor da colocação da bomba.

<sup>15</sup> Dominique Wolton chama-lhe mesmo “a tirania do acontecimento” (1995, p. 169-170).

A contradição apontada deixa no ar a necessidade e o desafio de encontrar modelos que possam ajudar a abordar a complexidade, o que poderia passar pela exploração de uma ‘epistemologia aplicada à informação’ que substituísse “esta absurda obrigação moral do resultado – *dizer a verdade* – [por] uma obrigação moral dos processos” (Labasse, 1997). O autor explica, a este propósito, que, tal como ao médico não se exige que cure o doente, mas que o trate devidamente e que do cientista se não espera que não erre, mas que proceda correctamente nas suas *démarches*, assim também ao jornalista se deveria pedir que cuide mais dos processos e da respectiva explicitação, desde que fique salvaguardada a sua liberdade de expressão. É certo que esta sugestão não responde ao conjunto de questões de Wolton e Wolf, atrás referidas, mas representa uma sugestão relevante para a qualidade e a credibilidade da informação. E, do ponto de vista da formação académica, reveste certamente de pertinência chamar a atenção para os processos. Tais processos, sendo aqui entendidos no sentido de uma competência profissional, poderão repercutir numa maior atenção às estruturas e dinâmicas sociais que estão na origem dos acontecimentos ou que são por eles suscitados.

Esta parece ser uma orientação coerente com uma outra dimensão que julgamos ser de promover na formação dos estudantes de Jornalismo: a actividade jornalística como serviço público. Tal não quer dizer que defendamos posicionamentos ‘iluministas’ ou atitudes militantes no exercício dessa actividade. Significa assumir que o Jornalismo tem um papel social de grande importância, que proporciona (ou não) os elementos de que os cidadãos necessitam para tomar conhecimento dos assuntos de interesse comum e dos argumentos e modos de ver implicados nesses assuntos, para debater as possíveis soluções, para orientar as suas vidas, etc. Em alguns pontos, esta perspectiva coincide com dimensões daquilo que uma corrente renovadora norte-americana tem chamado *Jornalismo público, cívico ou comunitário*<sup>16</sup>.

Por outro lado, esta perspectiva não nos parece conflitar nem com uma certa diversidade de projectos que podem existir em cada sociedade nem com a natureza pública ou privada dos meios de informação. De resto, o debate que tem existido no campo teórico e no campo político<sup>17</sup>, em torno de diferentes visões e análises do papel do Jornalismo na sociedade tem tido, pelo menos, o mérito de trazer para a arena pública uma matéria de

---

<sup>16</sup> Uma visão avaliativa de conjunto pode ser consultada em Lambeth et al. 1998.

<sup>17</sup> No caso da França, isso tem sido notório, designadamente com a intervenção pública em que se lançaram cientistas sociais e jornalistas como Pierre Bourdieu, Patrick Champagne, Serge Halimi e outros. Mas também no Reino Unido ou nos EUA, com as sucessivas derrapagens do jornalismo naqueles países, nos últimos anos, o debate tem sido intenso.

indesmentível relevância para o aprofundamento da democracia e o de chamar a atenção para os riscos de uma subordinação do Jornalismo à lógica do mercado. Nesta linha, mais do que defender esta ou aquela posição, parece-nos mais adequado proporcionar termos de referência para a reflexão dos estudantes, não sem sublinhar o pouco sentido e até ineficácia de discursos generalizadores e extremados que ora tendem a aceitar, ou até enaltecer, a diluição do Jornalismo num hibridismo que mistura as notícias com a publicidade e o entretenimento<sup>18</sup>, ora tendem a difundir uma ideia dos jornalistas e do Jornalismo como mera ‘correia de transmissão’ ou instância de reprodução e amplificação dos interesses e mundividências das elites no poder.

### ***3. Entre as teorias e as práticas***

Quando lemos ou escutamos os relatos dos estagiários dos cursos de Comunicação Social / Jornalismo acerca da sua entrada nas redações, após mais de quatro anos de estudo e de aulas, surge-nos, por vezes, a imagem do pára-quedista diante da experiência do seu primeiro lançamento ou do automobilista na primeira viagem que corre por sua conta e risco. Alguns falam mesmo do contacto com “a realidade”, como se a formação académica fosse como que uma espécie de ficção, de voo alto e planado por sobre os segredos, os escolhos e o pragmatismo da realidade “cá de baixo”.

Independentemente da sua pertinência enquanto crítica mais ou menos velada ao eventual (mas sempre repisado) teorismo da formação académica, crítica que diríamos ser inerente à condição estudantil, este sentimento é, a nosso ver, inevitável, mesmo na hipótese de a componente mais orientada para o domínio das competências de execução ter sido mais desenvolvida. E isso acontece porque o Jornalismo não é um mero campo de estudo e análise, mas é também uma actividade profissional “de grande dificuldade e de grande complexidade”, como observa justamente Nelson Traquina (1993, p.12). Os futuros profissionais devem, sem dúvida, ser preparados para essa complexidade, estar armados de uma competência multifacetada para compreender e interpretar o mundo em que vivem e analisar eficientemente a multiplicidade de códigos e de linguagens através dos quais a cultura e a vida social se enunciam. Mas não podem deixar, também, de estar familiarizados com as dimensões técnico-profissionais, éticas e estéticas da actividade e dos contextos do exercício da actividade. Como defendeu, em tempos, Adriano

---

<sup>18</sup> Manuel C. Chaparro analisou esse fenómeno num texto publicado no site do Instituto Gutemberg e intitulado “O jornalismo não será reduzido a produto” ([www.igutenberg.com.br/chapa21.htm](http://www.igutenberg.com.br/chapa21.htm)).

Rodrigues, “mais do que memorizar e treinar regras fixas de escrita jornalística, a formação tem cada vez mais como objectivo criar condições de disponibilidade, ensinar a aprender, a reconhecer os sinais premonitores das mudanças significativas no tecido social por entre a fluidez das manifestações sociais, políticas, económicas, culturais que emergem por todo o lado” (1985). Partilhamos inteiramente esta orientação que, no entanto, não pode ser contraposta à também necessária familiarização progressiva com a produção e redacção jornalísticas. Pelo contrário, quer a análise do trabalho dos profissionais no activo, quer os ensaios de produção própria podem ser - e de facto segundo a nossa experiência têm sido - um caminho adequado e complementar de apreender o carácter complexo da actividade de jornalista. De resto, e como observamos com frequência, se há críticos implacáveis dos jornalistas e do jornalismo, entre eles contam-se precisamente os candidatos a jornalistas. Ora, o adentrar-se no lado mais prático da actividade não é um mero desenvolvimento ou ilustração das perspectivas teóricas ou uma mera estratégia de natureza metodológica, mas antes, e também, uma via de desconstrução de visões mitificadas e idealizadas da profissão.

Consideramos, por outro lado, vantajoso que a formação decorra de modo a que estes profissionais se possam familiarizar com uma compreensão mais global do vasto campo comunicacional. Isto significa que não nos parece vantajosa a implementação de um percurso académico que encerre excessivamente a formação num determinado saber-fazer profissional. Ao mesmo tempo, parece-nos ser necessária alguma prudência face às orientações e mesmo pressões, oriundas do mercado de trabalho, no sentido de reduzir a ênfase na formação para determinados perfis profissionais específicos - jornalismo, publicidade, relações públicas, comunicação institucional, produção e realização audiovisual ou outros - em benefício de um perfil de ‘comunicador’ generalista, um polivalente ‘topa-a-tudo’, capaz de se adaptar futuramente a todo o tipo de oportunidades que lhe venham a aparecer. Tal formação *omnibus* pode ser funcional a um contexto económico e cultural em que a informação é reduzida à comunicação ou, pelo menos, submetida à lógica de sedução e de encenação que frequentemente a caracteriza. Não nos parece, no entanto, ser essa uma via que sirva um Jornalismo entendido como serviço à consciência e participação cívicas e ao enriquecimento da vida democrática. Uma coisa é os estudantes, ao longo do seu itinerário de formação, aprofundarem os seus conhecimentos acerca dos vários domínios da comunicação, até como forma de se situarem melhor - e, quem sabe, se redefinirem - face a opções já desenhadas; outra bem diferente reside na definição de um itinerário preferencial específico, que estruture o

caminho a seguir e em função do qual se estabeleçam as prioridades e as precedências, numa lógica formativa caracterizada pela sequencialidade, a coerência e a aproximação progressiva - a culminar no estágio - ao mundo profissional.

## **Enquadramento: o ensino do Jornalismo**

### ***1. A formação de jornalistas e a Universidade portuguesa***

O ensino do Jornalismo no seio da instituição universitária teve de defrontar-se com resistências várias, umas situadas no campo profissional e empresarial, outras provenientes do interior da própria Universidade. No primeiro caso, precisou de esbater as reticências e suspeições decorrentes de uma visão instrumental e tecnicista da formação de jornalistas que tende a sublinhar o carácter “excessivamente teórico” do ensino desta matéria nas instituições universitárias<sup>19</sup>; no segundo caso teve de conquistar o seu próprio espaço, demarcando-se das concepções que, nas palavras de Adriano Duarte Rodrigues (1985), “entendem confinar a Universidade nos campos consagrados das disciplinas constituídas, olhando com desprezo para domínios marginais a esses campos disciplinares”<sup>20</sup>.

Está por fazer a história do Jornalismo português e, por extensão, a história do ensino do jornalismo. Dos dados disponíveis<sup>21</sup> pode dizer-se que Portugal está presente logo nos

---

<sup>19</sup> Veja-se, por exemplo, o trabalho relativo às II Jornadas sobre o Acesso à Profissão, publicado no boletim *Jornalismo*, de Janeiro de 1993, p.4, editado sem periodicidade certa pelo Sindicato dos Jornalistas. Aí se critica com vigor não apenas o imputado teorismo, mas igualmente o alheamento face às exigências da profissão e do mercado de trabalho. Por outro lado, não deixa de ser significativo que, na introdução geral a *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*, Nelson Traquina tenha sentido necessidade de advertir que “a postura crítica do estudo e da investigação académica (...) não pretende denegrir os jornalistas mas, sim, compreender a actividade jornalística e o produto resultante dessa actividade - as notícias” (p.12).

<sup>20</sup> Rodrigues, Adriano D. (1985) *Princípios para um Projecto de Formação de Jornalistas em Portugal*. Intervenção no seminário “Jornalismo no ano 2000”, realizado no Fórum Picoas, Lisboa (policopiado).

<sup>21</sup> Foi-nos de utilidade, neste ponto, a consulta de alguma documentação disponível, já por nós utilizada em trabalho anterior (cf. Pinto, M.; Sousa, H. 1999) e nomeadamente da seguinte bibliografia:

Correia, F. (1995). *Contributo para o Estudo do Ensino do Jornalismo em Portugal*. Lisboa (trabalho académico, fotoc.). Este texto viria a ser publicado com o mesmo título in *O Professor*, nº 44, III Série, Maio-Junho de 1995, pp. 53-61.

França, E.; Marques, G.B. (1982). ‘O Acesso à Profissão de Jornalista’. In *Liberdade de Expressão, Expressão da Liberdade: Conclusões, Teses, Documentos do 1º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva.



primeiros momentos em que se debateu, na Europa, em finais do século XIX, a pertinência de formar jornalistas e a melhor via para o fazer<sup>22</sup>. Significativamente, as três vias que então se defrontavam - a formação pela experiência (na ‘tarimba’, como também se diz), a formação técnica e a formação cultural e humanística de nível superior - continuam a figurar nos debates de hoje, se bem que a primeira modalidade tenha vindo a perder claramente terreno.

Sendo, porém, o Jornalismo um dos esteios do espaço público, não será de todo surpreendente que as condições do seu exercício e os modos de o encarar e assumir no quadro académico dependa das características que, num determinado sistema social, reveste esse mesmo espaço público.

Poder-se-ia supor que, num regime autoritário e censório, como foi o do chamado Estado Novo, o Governo tivesse procurado criar e controlar a formação dos jornalistas, enquanto forma e instância acrescidas de controlo ideológico. Sabemos que não foi essa a orientação seguida, o que, em certa medida, e conhecendo o controlo férreo sobre os órgãos de informação e sobre os respectivos profissionais, diz bastante da concepção e atitude do salazarismo relativamente aos jornalistas. Sintomaticamente, até Abril de 1974, a iniciativa coube, de uma forma mais saliente, ao Sindicato da classe<sup>23</sup> e, já na era

---

Marcos, L.H. (1986) ‘Formação Profissional: Começo e Futuro’, in *Conclusões, Teses e Documentos do 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva

Rodrigues, J.C. (1986). O acesso à profissão de jornalista. In *Conclusões, teses e documentos do 2º Congresso dos Jornalistas portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.

<sup>22</sup> Quando a imprensa se tornara já um fenómeno de massas, pelo menos nos países mais avançados da Europa e da América do Norte, com consequências evidentes nos campos económico e profissional, o Congresso Internacional de Imprensa, que começou por se reunir pela primeira vez na Bélgica em 1894, viria a reunir-se, na sua quinta edição precisamente em Lisboa, em 1898, para aprovar uma moção em que se defendia a necessidade da formação dos jornalistas, não tanto em matérias teóricas, mas em questões práticas como o uso da máquina de escrever, do telefone e do telégrafo, rotinas redactoriais, gestão e contabilidade, impressão e distribuição, além de noções de reportagem em tribunais e parlamentos. A ideia geral era a de que este tipo de formação deveria ser promovida e organizada pelas organizações profissionais e não pelo Estado. Cf. Bjork, U. J. (1996) ‘The European Debate in 1984 on Journalism Education’, in *Journalism & Mass Communication Educator*, vol. 51 (1), pp. 68 e ss.

<sup>23</sup> O Sindicato, através do seu presidente, Luís Teixeira, apresentou ao Governo, a 8 de Fevereiro de 1940, o projecto detalhado de um Curso de Formação de Jornalistas, com o respectivo elenco e programa de cadeiras, bem como o nome dos responsáveis por cada uma delas. A iniciativa, no entanto, não encontrou acolhimento favorável junto do Governo. Em 1970, sob a direcção do jornalista Silva Costa, a Assembleia Geral do Sindicato aprovava um ambicioso ‘Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal’, que havia sido elaborado por uma comissão constituída pelos jornalistas Silva Costa, Jacinto Baptista, António dos Reis, João Gomes e Cáceres Monteiro, a que foram associados consultores técnicos recrutados entre portugueses diplomados em Jornalismo por escolas superiores de Espanha, França e Itália (cf. Correia, op. cit.). O

marcelista, a um grupo financeiro com interesses em várias publicações. Tudo (ou quase tudo) iniciativas sem sequência ou, como no último caso, sem ter conseguido reconhecimento oficial.

A posição do regime derrubado em 25 de Abril relativamente às Ciências da Comunicação e ao Jornalismo deve ser entendida num quadro mais geral de desinteresse, menosprezo ou mesmo de suspeita perante as ciências sociais em geral e de um controlo centralista das instituições de onde poderia porventura emergir a proposta de iniciativas<sup>24</sup>. No pós-25 de Abril, passada que foi a agitação e criatividade do período revolucionário, vão desenvolver-se três linhas de acção, correspondentes a outras tantas concepções e orientações quanto à formação de jornalistas: a profissional (promovida ou co-participada por organizações profissionais e marcada por uma concepção da formação como reciclagem e actualização); a politécnica (afirmando a relevância de uma legitimação e certificação de nível superior, mas voltada para as exigências do mercado de trabalho); e a universitária (valorizadora de uma sólida formação cultural e humanística e com um grau diferencial de aproximação à prática profissional)<sup>25</sup>. Neste último caso, haveria que distinguir ainda, como fazem notar Agee e Traquina (s/d: p.124), a concepção que defende que o campo jornalístico deve ser objecto de abordagem em estreita interacção

---

projecto propunha um curso de licenciatura em cinco anos com um peso maioritário (60 a 70 por cento) de disciplinas de ciências sociais e humanas. Citando uma recomendação da UNESCO, Silva Costa sublinhava então que “o jornalista no mundo moderno, necessita de ampla base cultural e da maturidade própria de um diplomado pela Universidade” (cit. in Agee, W.K.; Traquina, N. (198?) *O Quarto Poder Frustrado - Os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*. Lisboa: Ed. Vega, p.124.

<sup>24</sup> Quanto às universidades, importa sublinhar que, “de 1926 até à publicação da lei Veiga Simão [1973], durante quase meio século, o ensino superior não mereceu grande empenho do Estado Novo”. Em 1960, por exemplo, era escassíssima (3.9%) a população portuguesa da faixa 18-22 anos que frequentava o ensino superior; por alturas do 25 de Abril de 1974, apesar dos progressos entretanto registados, essa proporção não andava longe dos 10 por cento<sup>24</sup>. É interessante notar também que os estudantes que frequentavam em 1960 cursos superiores no âmbito das ciências sociais não iam além dos 6.4% do total de alunos. Em 1970, essa percentagem andava pelos 11%, elevando-se, a partir de 1975, a valores próximos dos 20 por cento (cf. Carreira, H. Medina (1996) ‘A Educação’, in Barreto, A. (org.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 442).

<sup>25</sup> O CFJ - Centro de Formação de Jornalistas (criado no Porto por um conjunto de jornalistas em 1983) bem como o CENJOR - Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (criado em 1986, em Lisboa por iniciativa do Sindicato dos Jornalistas, Associações de Imprensa Diária e Não-Diária e Instituto de Emprego e Formação Profissional) seriam exemplos da primeira orientação enunciada. Os cursos de jornalismo ou aparentados nascidos no quadro de desenvolvimento da rede do ensino superior politécnico seriam exemplificativas da segunda orientação. Finalmente os cursos de ciências da comunicação criados, primeiro, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e, depois, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, na Universidade Católica, na Universidade da Beira Interior e na Universidade do Minho, além de, mais recentemente, em várias universidades do sector privado, exemplificariam a terceira orientação. O primeiro curso de licenciatura em Jornalismo foi criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1993.

com os outros campos, no quadro mais vasto das ciências da comunicação, daqueloutra que preconiza a autonomização dos cursos de Jornalismo, como veio mais tarde a acontecer com curso criado na Faculdade de Letras de Coimbra.

Na leitura feita desta problemática por Mário Mesquita, as licenciaturas universitárias, quer as que se orientam por uma ‘perspectiva comunicacional’ quer as que seguem uma ‘formação humanista clássica’ acompanhada de disciplinas mais especificamente relacionadas com a vida profissional, encaram a especialização em Jornalismo numa perspectiva que “liga e associa a formação humanista à competência técnico-profissional”<sup>26</sup>. Um exemplo desta articulação pode ser encontrado precisamente na licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho, que define como objectivos o desenvolvimento de uma tríplice competência do ‘comunicador social’ a formar:

“- competência intelectual, cultural e moral que lhe permita a compreensão e interpretação críticas da sociedade e mundo actuais;

“- competência específica no âmbito da comunicação humana, mediante o conhecimento aprofundado dos comportamentos comunicativos, seus aspectos psicológicos e sociais e processos semióticos e linguísticos, e também a capacidade de emitir e receber mensagens com elevado grau de eficiência;

“- competência técnico-profissional ao nível dos meios de comunicação e do exercício de funções de comunicação institucional em algum sector especializado”<sup>27</sup>.

## ***2. A disciplina de Jornalismo no quadro da Licenciatura em Comunicação Social***

O presente relatório reporta-se à disciplina de Jornalismo, do Curso de Licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho. De acordo com a Resolução 3/91 do Senado Universitário, que criou o Curso, esta disciplina é anual, tem-lhe atribuídas quatro horas semanais e está situada no 3º ano de um plano de estudos de cinco anos (cf. Anexo I).

Conforme estabelece a Resolução referida, no fim do 2º ano do curso, os estudantes procedem, sob a supervisão de um professor do Departamento de Ciências da

---

<sup>26</sup> Mesquita, M. (1995). *L’Enseignement du Journalisme au Portugal: le Miracle de la Multiplication des Cours*. Texto apresentado no Sigma/Communication Sciences Meeting em Sienna Itália, 22-23 de Setembro (fotocopiado).

<sup>27</sup> Preâmbulo da Resolução SU - 3/91 do Senado da Universidade do Minho, que instituiu o Curso de Comunicação Social.

Comunicação, à definição da sua trajectória pessoal, orientando-a para uma das seguintes áreas: Jornalismo, Produção e Realização em Rádio e Televisão, Relações Públicas e Publicidade. Tal não significa, porém, que as disciplinas a frequentar a partir desse momento sejam inteiramente específicas de uma daquelas áreas. Com efeito, o plano de estudos prevê que os estudantes possam fazer vários tipos de combinações de entre um leque de opções, permitindo desenvolver e aprofundar conhecimentos e competências numa área, sem largar de todo o contacto com uma outra.

Assim, por exemplo, um estudante do 3º ano interessado na área de Jornalismo poderá frequentar, além desta disciplina, duas das três disciplinas seguintes: Teoria e Técnicas da Publicidade; Teoria e Métodos das Relações Públicas e Produção e Realização Audiovisual. Nos anos seguintes, o leque das opções em comunicação vai-se reduzindo progressivamente, até culminar na escolha exclusiva de apenas uma área, chegado que for o momento do estágio, no segundo semestre do 5º ano.

Duas consequências decorrem do que acaba de ser dito e que são relevantes para os objectivos deste relatório: em primeiro lugar, que a disciplina de Jornalismo constitui o primeiro contacto directo e efectivo com o campo jornalístico que os alunos estabelecem no seu curso; em segundo lugar, que os alunos da disciplina não são necessariamente apenas aqueles que escolheram o Jornalismo como sua área específica, em termos de plano de estudo pessoal. Estas duas facetas conferem à disciplina um carácter necessariamente introdutório e propedêutico.

Cabe aqui referir também a relação próxima que a disciplina tem com outras que se encontram situadas, no plano de estudos, anteriormente, em simultâneo ou posteriormente. Todas, sem excepção, se revelam de grande significado para o enquadramento, fundamentação e complemento dos estudos mais directa e especificamente centrados no Jornalismo. Permitimo-nos, porém, sublinhar duas situações particulares. A primeira respeita a disciplinas como Semiótica, Teorias da Comunicação, Teoria e Análise do Discurso e Sociologia da Comunicação. A indagação sobre os processos comunicativos e sobre a significação e as condições em que esta se torna possível, sobre a relação entre a textualidade e a discursividade e, ainda, sobre a multiplicidade das formas e contextos da comunicação, nas configurações específicas que têm revestido nas sociedades contemporâneas constituem, seguramente, alicerces sólidos para ajudar os estudantes numa compreensão crítica e reflexiva dos lugares e modos de

operar do Jornalismo na sociedade<sup>28</sup>. Quanto à segunda situação a que gostaríamos de aludir, ela respeita à relação da nossa disciplina com as restantes disciplinas específicas, situadas nos anos subsequentes do curso. É o caso de Laboratório de Jornalismo, no quarto ano, com um carácter mais voltado para os fundamentos e a prática da produção jornalística no âmbito da Imprensa, Rádio e TV; de Informação Internacional, no primeiro semestre do 5º ano, que se propõe ser um espaço de compreensão das implicações sócio-económicas e políticas ligadas aos grandes fluxos informativos à escala do planeta; de Complementos de Jornalismo, também no primeiro semestre do 5º ano, que procura ser um tempo de síntese e de problematização global do campo jornalístico; e, *last but not the least*, o estágio curricular, que é um momento privilegiado de contacto com os contextos profissionais e também um tempo de reavaliação e síntese pessoal de toda a trajectória académica até então realizada.

## **Apresentação do programa**

*1. Objectivos, estrutura e gestão da carga horária* O programa da disciplina de Jornalismo, em vigor desde 1996-97, tem como grandes objectivos contribuir para a formação cultural e científica dos alunos, mediante a reflexão sobre o Jornalismo e a aquisição de instrumentos teóricos e metodológicos que autonomizem tal reflexão; e, por outro lado, proporcionar situações de contacto com a realidade jornalística actual, mediante a análise dos produtos do trabalho profissional e a produção própria.

Mais especificadamente, o programa orienta-se no sentido de:

- promover uma perspectiva histórica sobre a génese e desenvolvimento do jornalismo, com especial destaque para os séculos XIX e XX;
- promover uma abordagem aprofundada do quadro de factores que se consideram relevantes para a compreensão do fenómeno jornalístico no mundo contemporâneo;
- conhecer algumas das teorias formuladas nas últimas décadas cujos contributos são importantes para a perspectivação contextualizada dos processos de recolha, produção, difusão e recepção da informação;
- iniciar ao contacto e reflexão sobre a escrita jornalística, mediante o recurso quer a trabalhos jornalísticos publicados nos meios de comunicação social, quer à elaboração e correcção de trabalhos próprios.

---

<sup>28</sup> Esta perspectiva ressalta bem dos relatórios das respectivas disciplinas, elaborados por Moisés Martins (1994) e Aníbal Alves (1994).

Procura-se, como se verá pelo desenvolvimento do programa, mais adiante explanado, abrir como que um mapa orientador do campo jornalístico. É certamente discutível a atenção conferida a matérias que, em rigor, poderiam legitimamente integrar outras tantas disciplinas - referimo-nos, nomeadamente, à perspectiva histórica, que poderia eventualmente ser abordada no âmbito de uma disciplina de História dos Media e/ou do Jornalismo, bem como à produção de mensagens jornalísticas, que poderia perfeitamente (e até desejavelmente) dar corpo a uma disciplina de Redacção ou Escrita Jornalística. Simplesmente, tais disciplinas não figuram no Plano de Estudos do Curso e a compreensão que temos do lugar desta disciplina, articulado com o lugar das disciplinas dos anos seguintes, levou-nos a adoptar a solução aqui enunciada.

Sem pretendermos transformar a disciplina numa espécie de “albergue espanhol” do campo jornalístico, consideramos que um programa também se define em relação ao contexto do curso em que é leccionado.

São, assim, os seguintes os módulos que constituem o programa:

***I. Aspectos introdutórios***

- . *O Jornalismo no quadro das Ciências da Comunicação*
- . *O lugar da disciplina no curso e seus objectivos*
- . *Conceitos básicos*

***II. Uma perspectiva histórica do Jornalismo e da imprensa***

- . *Quadro sócio-cultural de desenvolvimento dos media na sociedades moderna e contemporânea*
- . *Imprensa, Jornalismo e sociedade: séc. XVI-XX*
- . *O caso português*

***III. Uma perspectiva integrada do campo jornalístico***

- . *Políticas de comunicação e contexto de mercado*
- . *As empresas jornalísticas*
- . *Os profissionais da informação*
- . *As tecnologias e a informação*
- . *A produção das mensagens jornalísticas*
- . *As audiências e as práticas culturais de recepção e apropriação*

***IV. Contribuições teóricas para a compreensão do fenómeno jornalístico na sociedade***

- . *o Jornalismo como construção social da realidade*
- . *A hipótese do ‘agenda-setting’*
- . *A função de gatekeeper*

***V. Temas transversais na reflexão e compreensão do jornalismo***

- . *Liberdade de expressão e de informação*

- . *Problemas éticos no jornalismo*
- . *Desafios ao Jornalismo na era electrónica*
- . *Objectividade e subjectividade no jornalismo*
- . *Jornalismo, cidadania e educação*
- . *A espectacularizaçãoda informação/ o ‘infotainment’*

**Gestão horária dos conteúdos programáticos** - Tomando como referencial o número das 30 semanas pelas quais se prolonga o ano lectivo<sup>29</sup>, como é norma na Universidade do Minho, e tendo em conta a carga horária de quatro horas semanais atribuída à disciplina de Jornalismo no Plano de Estudos do Curso de Comunicação Social, é o seguinte o instrumento de referência em termos de gestão da duração de cada um dos módulos do programa:

### GESTÃO DA CARGA HORÁRIA

	Horas teóricas	Horas práticas	Número de semanas
<b><i>I. Aspectos introdutórios</i></b>	4*	-	1
<b><i>II. Uma perspectiva histórica do Jornalismo e da imprensa</i></b>	8	8	4
<b><i>IV. Uma perspectiva integrada do campo jornalístico</i></b> . <i>A informação e o Jornalismo no quadro do sistema social</i>			
. <i>As empresas jornalísticas</i>	6	6	3
. <i>Os profissionais da informação</i>	4	4	2
. <i>As tecnologias e a informação</i>	4	4	2
. <i>A produção das mensagens jornalísticas</i>	3	3	1,5
. <i>As audiências / práticas de recepção</i>	10	14	6
	8	8	4
<b><i>V. Reflexão global sobre o jornalismo e a sociedade: contributos de algumas abordagens teóricas</i></b>	5	3	2
<b><i>VI. Temas transversais no estudo do jornalismo</i></b>	9	9	4,5

<sup>29</sup> Cf. Regulamento sobre Inscrições, Avaliação e Passagem de Ano (RIAPA), da Universidade do Minho, artº 2º, 1.

<i><b>Total</b></i>	61	59	30
---------------------	----	----	----

NB - Na prática, os docentes dispõem de menos duas semanas de aulas, relativamente àquelas que se encontram previstas no calendário escolar, dadas as perturbações resultantes das contingências várias no arranque do ano lectivo e na semana académica, habitualmente no mês de Maio.

(\*) Tempos ocupados não apenas com os tópicos indicados nos conteúdos programáticos, mas igualmente com a apresentação do programa aos alunos, com a exposição das metodologias a utilizar, dos recursos disponíveis e das formas de avaliação.

Métodos de ensino e de aprendizagem e processos de avaliação A disciplina de Jornalismo, como se referiu atrás, é anual e tem-lhe atribuídas quatro horas semanais, divididas por dois tempos de duas horas cada um. O número de alunos inscritos na disciplina tem rondado as sete dezenas, em média. Mesmo não estando todos presentes regularmente<sup>30</sup>, a verdade é que o número torna difícil a realização de aulas práticas com um acompanhamento mais individualizado, nomeadamente em pontos específicos do programa, em que a individualização do acompanhamento se torna imperativa.

Justamente por causa das circunstâncias enunciadas, os responsáveis pelo Departamento sob cuja responsabilidade se encontra o curso têm-nos proporcionado a colaboração da assistente D.ra Felisbela Lopes, a qual tem desenvolvido um trabalho dedicado e de grande qualidade.

*Metodologia de trabalho* - Cada uma das sessões de duas horas (na prática um pouco menos, dado o intervalo que é feito, por norma, no início ou no fim) é constituída por uma parte teórica, de teor mais expositivo, em que o protagonista é predominantemente o professor, e uma parte prática, em que se procura desenvolver actividades de natureza diversa que incentivem a compreensão e exercitação da matéria teórica. Sempre que a matéria a tratar a tal aconselhe, procura-se combinar na mesma aula, em alternância, tempos dedicados a conteúdos mais teóricos e a conteúdos mais práticos.

Relativamente às actividades práticas, elas variam, naturalmente, de acordo com a natureza do módulo em leccionação: desde análise de textos históricos, até artigos de imprensa, passando pelo visionamento de documentos vídeo, trechos de filmes ligados ao jornalismo, análise de um jornal ou de um telejornal, estudo das fichas técnicas e organigramas de órgãos de informação, documentos legais e códigos profissionais, redacção e correcção de peças jornalísticas de vários géneros, simulação de situações como conferências de imprensa, entrevistas, etc.

<sup>30</sup> Segundo o RIAPA, “a assistência às aulas é obrigatória, considerando-se para todos os efeitos sem frequência numa dada disciplina o aluno cujo número de faltas às aulas teórico-práticas, práticas e de seminário dessa disciplina for superior a um terço do número total de aulas efectivamente ministradas” (artº 1º,2).



No sentido de incentivar nos estudantes uma permanente atenção à actualidade, nomeadamente àqueles assuntos relacionados com a comunicação e os media, é dedicado, no início de cada sessão de duas horas, um máximo de 10 minutos a evocar, com a participação e contributo dos estudantes, o que de mais significativo ocorreu no mundo (próximo e distante) e a anotar uma ou outra observação relativa ao significado e impacte do acontecimentos escolhidos<sup>31</sup>. Veremos, mais adiante, como se procura pôr em acto outras iniciativas e estratégias com igual objectivo.

Convém frisar, neste contexto, que, tal como concebemos o processo formativo dos estudantes, as aulas, sendo embora um momento importante, e porventura determinante desse processo, constituem apenas uma das plataformas e das vias mediante as quais tal formação se concretiza. De facto, consideramos de grande importância o tempo dedicado pelos alunos à leitura, nomeadamente da bibliografia recomendada; à realização de trabalhos de maior ou menor fôlego; ao encontro com os docentes da disciplina fora dos tempos lectivos e nas horas de atendimento estabelecidas (quatro), previamente divulgadas e afixadas; ao tempo gasto com a leitura de jornais nacionais e estrangeiros e com a escuta e visionamento dos noticiários na rádio e na televisão - cuja prática não é só recomendada no início do ano, mas recordada e estimulada praticamente em cada aula. Falta ainda aludir a novos meios de contacto e de intercâmbio entre docentes e estudantes, como é, por exemplo, o correio electrónico, cuja utilização também se recomenda a todos. Ou seja, procura-se, por estes diferentes e complementares caminhos, diversificar as vias, as oportunidades e os contextos da aprendizagem, fazendo das aulas tempos de convocação, de partilha, de lançamento de novas pistas, de debates, de síntese. Sobretudo, procurando criar ou simplesmente promover e alimentar um clima geral de aprendizagem motivadora, quer para os estudantes, quer para os docentes (também aprendizes, designadamente pelo muito recebem das sucessivas levas de jovens que frequentam as aulas).

*Processos de avaliação da aprendizagem* - A avaliação formal da aprendizagem dos estudantes visa aferir em que medida os objectivos propostos para o plano de estudos foram alcançados por cada aluno. As respectivas formas e parâmetros são enquadradas

---

<sup>31</sup> Além das notícias da rádio e da televisão, incentiva-se os estudantes a ler a imprensa, quer a que chega ou é adquirida em suporte papel (alguns diários e semanários, locais e nacionais, são regularmente recebidos na Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais e na da Universidade), quer a imprensa electrónica acessível nos vários terminais com acesso à Internet, existentes na Biblioteca, no Laboratório de Informática e, sobretudo, na sala que serve de Laboratório de Jornalismo, onde se encontram cerca de duas dezenas de postos ligados à rede.

pelo Regulamento de Inscrições, Avaliação e Passagem de Ano (RIAPA) em vigor na Universidade do Minho e são habitualmente objecto de apreciação e explicação numa das primeiras aulas do ano lectivo.

Na disciplina de Jornalismo, encontram-se estabelecidas três modalidades de avaliação, cada qual procurando contemplar conhecimentos e competências diferenciadas da parte dos estudantes. São elas:

- ⟨ Um *teste escrito* no final do primeiro semestre, que versa sobre a matéria até então leccionada. Este teste, com a duração de duas horas, é habitualmente constituído por duas perguntas de resposta sucinta e uma ou duas questões de desenvolvimento. Procura-se valorizar questões que coloquem o estudante numa atitude reflexiva e crítica acerca dos pontos apreciados, dando especial ênfase à capacidade de argumentar fundamentadamente, com base nas leituras feitas e, tanto quanto possível, em casos de actualidade.
- ⟨ Uma *prova oral* no final do segundo semestre, na presença de um júri constituído pelos docentes da disciplina. Neste caso, e não obstante poder-se colocar questões sobre pontos específicos da matéria, abre-se igualmente a possibilidade de o estudante indicar tópicos do programa que mais o interessaram ou autores que leu, solicitando-lhe que apresente criticamente o assunto.
- ⟨ Finalmente, é solicitada a cada estudante a elaboração de um *trabalho individual*, cujo âmbito se situe em um dos temas transversais do programa e que incida sobre (ou parta de) um assunto da actualidade pertinente para a abordagem do tema. Não se trata de um trabalho académico típico, mas de um pequeno ensaio que equacione um problema de actualidade ligado ao Jornalismo ou com implicações na actividade jornalística, ajudando a perspectivá-lo e aprofundá-lo com base no confronto de opiniões e/ou nos contributos de autores que estudaram e escreveram sobre o assunto. Por isso se faz notar aos estudantes que o trabalho deverá ser elaborado de tal modo que possa ser eventualmente publicável num órgão de imprensa (o que, na prática, já tem acontecido). A realização deste trabalho é condição *sine qua non* para a atribuição da nota final e, por conseguinte, para a passagem na disciplina, mesmo que o aluno apenas se apresente a exame final (na época normal ou de recurso). Para a realização do trabalho, os estudantes podem reportar-se a um acontecimento ou matéria de

actualidade que tenha ocorrido no período do ano lectivo. A entrega ocorre até às férias da Páscoa, de modo que alguns dos trabalhos podem ainda ser apresentados nas aulas práticas, quando os temas escolhidos se articulam com a matéria que está a ser leccionada. Na maior parte dos casos, porém, isso não é possível, dado o número de alunos da turma, de modo que a prova oral do final do segundo semestre pode servir de pretexto para a sua apresentação e discussão.

A razão de ser de uma prova oral, que, não sendo inédita no âmbito do curso, não é hoje em dia frequente, justifica-se, a nosso ver, pela possibilidade que abre de ir de encontro à realidade de alunos que têm, por vezes, dificuldade de expressão escrita e que se revelam uma agradável surpresa ao nível das competências da expressão oral. Além disso, a dimensão de performance e a capacidade de enfrentar com sucesso uma situação que tem o seu lado desgastante constituem qualidades que, a nosso ver, o jornalista deve também cultivar e possuir. De resto, o acto da prova é conduzido de tal modo que não faça transmitir a ideia de um tribunal ou de um interrogatório, uma vez que o entendemos como integrante da dimensão formativa da avaliação.

A classificação atribuída aos resultados da aferição de conhecimentos exprime-se numa escala de zero a vinte valores, sendo que, para a nota final, as classificações de cada uma das modalidades de avaliação atrás enunciadas contribuem com pesos específicos. Assim, a classificação do teste e da prova oral são ponderadas com 40 por cento cada uma, enquanto que o trabalho tem um peso de 20 por cento. A assiduidade, pontualidade e participação nas aulas são factores tidos em conta na classificação final.

O elevado número de alunos inscritos nas turmas de Jornalismo torna difícil um processo de avaliação contínua, ou, pelo menos, a combinação desta com modalidades de avaliação periódica. Ainda assim, a realização do trabalho, com a sua eventual apresentação nas aulas do segundo semestre, aliado ao acompanhamento que é feito individualmente nas horas de atendimento, quer no âmbito da preparação desse trabalho, quer para aconselhamento e orientação mais genéricos no quadro da disciplina, tornam possível um conhecimento progressivo dos alunos, ou pelo menos daqueles que mais interessados se mostram no estudo. O que não é factor de somenos neste processo de avaliação.

## Conteúdos programáticos da disciplina de Jornalismo

**1. Introdução** A primeira aula é por norma dedicada a dois pontos específicos: a reflexão sobre o lugar e papel da disciplina no curso e a apresentação do programa e metodologia de trabalho. Quanto ao primeiro ponto, sublinha-se, nomeadamente, que o terceiro ano marca o início de uma nova etapa, caracterizada por uma aproximação e um contacto cada vez mais estreitos com as problemáticas e contextos institucionais e profissionais, acentuando-se progressivamente a componente prática e laboratorial do curso, nomeadamente a partir do 4º ano. Faz-se a ligação com o percurso feito até então, observando que se trata agora de accionar competências de análise, metodologias de trabalho e conhecimentos adquiridos em quadros de problemática mais delimitados e voltados para o terreno dos fenómenos, comportamentos e atitudes dos media e face aos media. Procura-se, enfim, chamar a atenção para o itinerário que o plano de estudos prevê ao nível da sequencialização e articulação entre as disciplinas específicas mais directamente ligadas ao campo jornalístico.

Relativamente à disciplina de Jornalismo, na primeira aula, é distribuído a todos os alunos um documento contendo os objectivos, conteúdos, formas de avaliação e bibliografia básica. Procede-se a uma apresentação da lógica, estrutura e principais eixos dos conteúdos programáticos; presta-se informação acerca da metodologia de trabalho e do tipo de estratégias e de actividades que serão propostas; fornece-se informação complementar relacionada, nomeadamente, com “sites” e bancos de dados de especial interesse para a área do Jornalismo e dos Media, cuja visita e pesquisa se recomendam.

Faz-se também uma especial chamada de atenção para a importância do acompanhamento da actualidade, lendo a imprensa e vendo os serviços noticiosos da rádio e TV . Observa-se que esse acompanhamento constitui não apenas um requisito para o melhor acompanhamento das aulas, mas uma rotina necessária ao futuro trabalho profissional, cujo hábito deve ser adquirido o mais cedo possível.

Finalmente, prestam-se informações acerca das horas de atendimento dos docentes e da importância de as utilizar e fornecem-se os endereços de correio electrónico para contactos complementares ou urgentes com os docentes ao longo do ano lectivo.

## ***2. Conceitos básicos da disciplina***

A decisão que tomámos de abordar, numa das primeiras aulas, alguns conceitos básicos que serão trabalhados e referenciados em diferentes ocasiões e contextos, ao longo do ano lectivo, é discutível. Na verdade, a descontextualização dos conceitos pode acarretar riscos a que importa prestar atenção. No entanto, ao proceder a esta primeira abordagem, procuramos, antes de mais nada, fazê-lo com o objectivo de, recorrendo aos conceitos, proporcionar um primeiro quadro de aproximação ao campo jornalístico.

Costumamos utilizar, nesta abordagem, um método que apele à participação dos estudantes, solicitando-lhes que apontem aqueles que lhes parecem ser os termos-chave do universo do Jornalismo e qual ou quais os significados que lhes atribuem. Aproveitamos a oportunidade para reflectir sobre o origem etimológica do termo e para um primeiro esboço de dimensões e de questões que lhe estão associadas. A listagem que por esta via se constrói cobre famílias conceptuais como facto - evento - acontecimento, informação - comunicação, actualidade, notícia, jornal - Jornalismo - jornalista.

*Comunicação-informação* - Propostos muitas vezes como termos sinónimos ou em grande medida sobrepostos, designam, no entanto, realidades e processos sociais diferenciados. Como escreveu Bounoux (1995, p.6), estes dois conceitos “recobrem duas culturas, duas lógicas e por vezes duas ocupações muito diversas no campo mediático”, sendo esta confusão um factor que pode concorrer para a diluição da especificidade da profissão jornalística.

A comunicação remete para as noções de troca, para o intercâmbio de significados e para a relação entre pessoas e grupos, envolvendo implicação e interesse; a informação refere-se mais aos conteúdos, sejam eles dados em bruto, notícias ou conhecimentos em geral, envolvendo noções como emissor, mensagem, código, canal, receptor. Comunicação e informação, em lugar de se contraporem, completam-se: “a informação para viajar cada vez mais longe no espaço e no tempo; a comunicação para que fiquemos agrupados, identificados ou para que ‘habitemos esta terra como poetas’”<sup>32</sup>.

Apesar da afirmação da complementaridade, a relação entre os dois campos não deixa de ser problemática nos dias de hoje: enquanto que a informação cresce exponencialmente, criando a ideia de infinitude, a comunicação é finita: pelo tempo disponível, pelos meios disponíveis para comunicar e, talvez sobretudo, como recentemente observava Biernatzki,

---

<sup>32</sup> Regis Debray, entrevista in Bounoux 1995, p.138 (a referência aos poetas é de Hölderlin).

pelas dificuldades inerentes aos processos de interpretação, avaliação, processamento e hierarquização da já referida avalanche informativa (1996, p.27).

*Factos - eventos - acontecimentos* - Para captar a realidade social, os sujeitos têm de construir e aplicar processos de segmentação e categorização que permitam conferir sentido e coerência à multiplicidade por vezes caótica das percepções. Um dos processos, como veremos mais tarde, é o da periodização; o outro é o da marcação do tempo e do espaço através de eventos. O termo ‘evento’ radica no verbo latino *evenire* (ex-venire) e exprime a ideia de algo que emerge, que surge ou vem, a partir de alguma coisa ou situação. Já ‘acontecimento’ parece ter a sua etimologia ligada ao verbo latino *contingere*, e transporta a ideia de contacto (que é, de, resto o participio daquele verbo), de aproximação e de descoberta<sup>33</sup>. Quanto ao termo ‘facto’, provém directamente do participio do verbo *facere* (fazer).

Adriano Rodrigues refere o acontecimento como um “referente”, “efeito de realidade da cadeia dos signos” ou, ainda, “uma espécie de ponto zero da significação”. Isto do ponto de vista do discurso jornalístico. Porque, numa perspectiva de análise sociológica, poderíamos ver o acontecimento como um índice - uma marca, um produto, uma epifania - da vida social, sugerindo, deste modo, que o registo do acontecimento, que tão impactante é nos media, constitui um modo de apreensão do real muito específico, que exige ser complementado com outros modos de abordagem<sup>34</sup>.

O uso que os media vieram a fazer de acontecimento exprime a ideia de que este corresponde a “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais” (Rodrigues, 1988). A diferente notabilidade alcançada pela multiplicidade dos acontecimentos dependeria de registos como o excesso, da falha ou da inversão (ibid.). Ou seja, para serem notados e retidos como de eventual interesse para efeitos de difusão, teriam de revestir-se de características específicas, de chamar a atenção, enfim, de se destacar da normalidade. Por outro lado, importa considerar também que, no universo mediatizado que habitamos, os acontecimentos existem porque precisamente os jornalistas e os media lhes dão visibilidade. Além disso, como bem observou Adriano Rodrigues, a existência e influência do discurso jornalístico

---

<sup>33</sup> Segundo o Dicionário Latim-Português da Porto Editora, os latinos utilizavam *contingit* para referir acontecimentos felizes, *accedit* para acontecimentos de cunho negativo e *evenit* ou *fit* para acontecimentos de carga neutra.

<sup>34</sup> Sobre o estatuto do acontecimento e da sua construção nos media e nas ciências humanas e sociais, cf. Quéré, 1997, pp.416-420.

do acontecimento tornam-se em acontecimento (ou, como o designa, em ‘meta-acontecimento’). O discurso jornalístico produz ele próprio acontecimentos.

De resto, já Tuchman ligava o conceito de acontecimento ao de publicitação. Segundo aquela investigadora, as ocorrências (algo que acontece num determinado sítio num determinado momento) só se convertem em acontecimento se e quando são tornadas conhecidas pelo público, depois de trabalhados no plano do discurso pelos jornalistas<sup>35</sup>.

*Do acontecimento à notícia* - Se as notícias pudessem ser um mero reflexo da realidade social, o estudo do Jornalismo seria bem mais simples. Já vimos que a noção de acontecimento é, já por si, uma construção social e o mesmo se passa com a notícia (em latim: *notitia*, de *notus*, conhecido), que acentua a ideia de dar a conhecer ou trazer algo ao conhecimento de alguém, de tornar conhecido.

Existe uma concepção que poderíamos designar ‘naturalista’ que leva a acreditar que são os acontecimentos e, mais latamente, a realidade social que determina as notícias que são relatadas e difundidas. Ora, essa concepção, como estudaremos mais tarde, esquece ou menospreza o papel dos jornalistas, bem como o das instituições a que eles se encontram ligados, na apreensão e na avaliação das matérias, na notificação de determinados aspectos. É que há convenções e quadros de percepção que informam o que é notado, ligados não apenas às competências sócio-psicológicas e linguísticas, mas à posição social dos actores-jornalistas, às lógicas e rotinas organizacionais implicadas na apreensão e mesmo às especificidades de cada sociedade, em termos das suas formas culturais, dos seus valores, usos e costumes. De entre as categorias que podem ser apontadas para a valorização das notícias, destacam-se a actualidade (qualidade por excelência da notícia, como referiremos de seguida), a proximidade, a proeminência (dos protagonistas envolvidos), a curiosidade (raridade, estranheza...), o conflito, o suspense, a emoção e as consequências ou sequelas.

*Actualidade* - Eis outro conceito que poderíamos dizer central da própria substância do Jornalismo. Este é, na definição de Martínez Albertos (1993), ‘informação de actualidade’. E actualidade, do latim *actualis* (da família de *agere*, fazer, actuar), remete não apenas para a noção de presente ou coetâneo, mas também para a de acção. O

---

<sup>35</sup> Veja-se o que afirma Eliseo Veron a este propósito: “Os acontecimentos sociais não são objectos que se possa encontrar já acabados algures na realidade e dos quais os media dariam a conhecer as propriedades e as transformações com mais ou menos fidelidade. Eles não existem senão na medida em que os media os constroem”(1981, p. 1, cit. in Quéré, 1997, p.416).

conceito está, segundo Benito (1995, p.6) “na base da evolução e do aperfeiçoamento do Jornalismo ao longo da história”, à medida que se foi reduzindo, com o contributo de inventos e inovações tecnológicos, o tempo que media entre a ocorrência dos factos e o seu relato/conhecimento público. O mesmo autor propõe (p.12) que se considerem três tipos de acontecimentos de actualidade: a) os factos que ocorrem hoje (dimensão de vigência); b) os factos, lugares e personagens do passado trazidos à actualidade pelos acontecimentos do presente (actualização); c) os acontecimentos do futuro, quando podem ser previstos a partir do presente (previsão).

*Jornal - Jornalismo - jornalista* - O termo ‘jornal’ está etimologicamente ligado à ideia de dia, diurno, diário (de *diurnale*-) e, curiosamente, o seu campo semântico abarca quer o objecto, formato ou suporte das notícias, quer o que se recebe pelo trabalho de um dia (jornal, jorna), quer ainda o caminho percorrido num dia (jornada). Noutros idiomas, a designação equivalente é diversa, mas, em vários casos (o espanhol *periodico* e o alemão *zeitung*), ela exprime igualmente a ideia de tempo. Teremos ocasião de ver como são antigas as raízes do Jornalismo, enquanto actividade de produzir e difundir notícias, mas que o seu desenvolvimento e o nascimento de uma profissão ou ocupação específicas para lhe dar forma são relativamente recentes e fruto das transformações sócio-económicas, políticas e culturais que o mundo conheceu desde o Renascimento e, mais rigorosamente, desde os finais do séc. XVIII.

### ***3. Uma perspectiva histórica do Jornalismo e da imprensa***

Este módulo pretende contextualizar no tempo a reflexão sobre o fenómeno e a actividade jornalística. Considera-se necessário que os estudantes apreendam que tal actividade constitui uma construção histórica, certamente com antecedentes remotos, mas relativamente recente. Nesta etapa do programa, procura-se ainda relacionar a evolução do Jornalismo com as inovações tecnológicas e as mudanças políticas e sócio-culturais das sociedades, tomando como referência o chamado ‘mundo ocidental’. Uma atenção específica ao caso português pretende sublinhar a relação dos estudos jornalísticos com a nossa realidade e, ao mesmo tempo, perceber as conexões com um quadro internacional mais vasto.



*3.1. Quadro sócio-cultural de desenvolvimento dos media na sociedades moderna e contemporânea* A emergência do Jornalismo ocorre historicamente em resultado da convergência e conjugação de diferentes ordens de factores. De entre eles, merece referência o quadro mais vasto de ascensão económica e social de uma burguesia comercial que, à medida que adquire poder económico, vai disputar à nobreza tradicional o poder político.

Indissociável deste processo é, certamente, o novo quadro que se vai definindo, em resultado das grandes viagens de descobrimento e conquista, viagens essas em que os europeus, e nomeadamente os portugueses e espanhóis, tiveram papel de realce. As descobertas não significaram apenas a abertura de novos mercados, o crescimento dos fluxos comerciais, o rasgar de novas rotas. Representaram também um contacto com outras culturas, um alargamento dos horizontes geográficos, uma nova concepção do mundo, da pessoa humana e da sua história. Gerava-se, pela vez primeira, uma consciência planetária, que só teria paralelo, nos nossos dias, com a conquista do espaço e a possibilidade de nos vermos a partir de um ponto exterior ao mundo imediato que habitamos.

Em resultado deste movimento de abertura e de redefinição - e ao mesmo tempo dando-lhe fundamentação e consistência - surge o pensamento de diferentes autores em distintos lugares a questionar os fundamentos da ordem tradicional da aristocracia, nomeadamente a doutrina de que a ordem social vigente expressava a vontade divina e tinha nela a sua razão de ser.

O desenvolvimento do capitalismo comercial, cuja génese se terá de ir buscar aos finais da Idade Média, viria criar exigências, no plano da circulação das pessoas, dos produtos e das ideias e informações, que conflituavam com os mecanismos de controlo férreo dos monarcas e senhores locais (McNair, 1994, p. 25).

Um primeiro terreno de rupturas profundas no tecido de vários países da Europa ocorre no campo religioso, com Lutero e o protestantismo e, a uma escala menor, com Henrique VIII e o anglicanismo. Significativamente, a Imprensa de tipos móveis de Gutemberg, criada em meados do século XV, vai servir para a propaganda e a contra-propaganda nas lutas religiosas que cindem reinos e nações.

A partir do século XVIII, duas ordens de processos vão conjugar-se para induzir ou fazer eclodir mudanças em larga escala, nos planos económico, político e cultural. A primeira é a chamada Revolução Industrial, que, indo de encontro a necessidades e potencialidades emergentes, vai desencadear sucessivas ondas de choque com impacte em praticamente

todas as áreas da vida social, com especial destaque para a economia. A aceleração, a velocidade, a mobilidade aumentam a produção e criam ou conquistam novos mercados, mas originam igualmente problemas sociais e uma anomia nunca antes vistas. A segunda afirma-se com o movimento que está na origem da Revolução Francesa e que leva ao derrube da velha ordem absolutista e à instauração de regimes liberais, norteados por princípios que reconhecem a igualdade intrínseca dos seres humanos (com mais propriedade: dos homens) e a liberdade de opinião, de expressão e de imprensa (mesmo que esta igualdade e estas liberdades fossem apenas as liberdades de alguns).

As liberdades instauradas pelos regimes liberais na Europa ocidental e na América; o investimento na escolarização massiva das populações, que já vinha de trás, nomeadamente nos países anglo-saxónicos; o crescimento de aglomerados urbanos de dimensões cada vez maiores, onde as relações de interconhecimento tendem a diluir-se; tudo isto conjugado com a invenção do telégrafo e os progressos do caminho de ferro que alteraram radicalmente a velocidade de circulação<sup>36</sup>; a aplicação de novas formas de energia e de inovações várias nos processos de impressão, permitindo uma produção mais barata e mais rápida - eis, sumariamente referido, o quadro de onde emerge a imprensa de massas, a partir da segunda metade do século XIX.

No terreno das comunicações, desde os finais do século XIX, com a rádio e o cinema, passando pela televisão, que se afirma como o grande meio de comunicação social a partir da década de 50, e, já nos anos 80 e 90, pela redes telemáticas, assistimos a um processo cada vez mais acelerado de diversificação de suportes, de enriquecimento de linguagens e de convergência e combinação de modos de tratar e difundir a informação. Com esta panóplia de possibilidades, cresce o volume de informação circulante, reposicionam-se os media, uns relativamente aos outros (embora sem se aniquilarem reciprocamente), e o próprio Jornalismo sofre, como veremos, importantes transformações.

### *3.2. Imprensa, Jornalismo e sociedade: séc. XVI-XX*

---

<sup>36</sup> Mário de Sá-Carneiro, num poema de 1907, dá-nos um retrato desta mudança:

“(…)

Pra ir de Lisboa ao Porto / Seis dias em mala-posta / São precisos e que perigos / O que lá vai não arrosta! /  
Pra fazer esse trajecto / hoje em caminho de ferro, / Sem perigos, eu necessito / De seis horas se não erro/  
(…) Uma nova da Austrália / Que venha pelo correio / Gasta em chegar a Lisboa / Talvez mais que mês e  
meio! / Se porém pelo telégrafo / A mesma for enviada / Em menos que um segundo / Será ela cá chegada!  
(…)”

in *Poemas Completos*, Lisboa: Assírio e Alvim, 1996, pp. 217-218

A difusão da imprensa de Gutemberg revelou-se uma condição necessária, embora não suficiente, para o desenvolvimento do Jornalismo moderno.

Há quem veja nos *avisi* romanos, nos relatórios e mensagens que circulavam entre o imperador e os confins do império ou até nos debates na ágora ou no fórum os antepassados ou primórdios do Jornalismo. De facto, tem sido notado, pelo menos no que à imprensa tange, que o Jornalismo tem mais que ver com a carta do que com o livro. Mais com o pregoeiro do que com o pregador.

De entre as razões ou factores que permitem compreender que o Jornalismo não se tenha desenvolvido de uma forma massificada se não a partir da segunda metade do séc. XIX (Chalabry 1996, p. 304), contam-se o fortíssimo controlo e censura do poder régio e eclesiástico sobre todo o tipo de materiais impressos; a carência de informações, num quadro em que os transportes e as comunicações eram lentos e perigosos; as dificuldades técnicas inerentes aos próprios processos de composição e impressão, para não falar já do papel. Tudo isto fazia com que as gazetas e relações dos séculos XVII e XVIII se difundissem de forma circunscrita entre as camadas mais ilustradas e mais abastadas da sociedade. Ou seja, eram um produto de uma elite. Mas continham já em gérmen o projecto jornalístico que, em conjuntura mais favorável, viria mais tarde a desabrochar<sup>37</sup>.

Num esforço de caracterização do Jornalismo desse período, Josep Maria Casasús observa que, nas publicações periódicas de então, “não dominava o actual conceito de tempestividade extrema [em que] mais importante do que saber as coisas imediatamente depois de acontecerem era conhecê-las bem e sem pressas; nem existia o problema da selecção e valoração das notícias, que o crescimento das fontes, dos meios e dos sistemas de transmissão, e do volume de informação circulante viriam a converter numa doença grave do Jornalismo do nosso tempo” (Casasús 1991, p.17). De resto, segundo o mesmo investigador, a dificuldade em preencher as folhas de papel terá sido um dos factores que favoreceu o desenvolvimento do Jornalismo ideológico ou de opinião, “que se converteu em hegemónico até meados do século XIX, na área anglo-saxónica e até pleno séc. XX nas culturas neolatinas europeias”. Outro factor, não menos decisivo para a expansão desse tipo de Jornalismo terá sido o clima de debate ideológico e de luta política, que alastrou na Europa, especialmente desde o século XVIII.

---

<sup>37</sup> Um sinal de que se tratava de um fenómeno novo, merecedor de análise, pode ver-se no facto de ter sido em Leipzig, em 1690, que foi apresentada a primeira tese universitária em Jornalismo - *De Relationibus Novellis* - da autoria de Tobias Pucer. Esta tese foi traduzida para catalão e publicada, com um estudo introdutório, em 1990, no nº 3 da revista *Periodística*, no ano em que perfaziam 300 anos sobre a sua apresentação (Casasús, 1991, p.14)

As transformações no sentido da passagem de um Jornalismo ideológico a um jornalista dito informativo, mais centrado no relato dos factos e dos acontecimentos ocorreu paulatinamente e com ritmos e intensidades diversas, como vimos já<sup>38</sup>. Este fenómeno surgiu nos Estados Unidos da América, muito ligado à combinação de dois factores: os constrangimentos decorrentes da entrada em cena das agências de informação, que operavam como rede de recolha e tratamento de informações que, depois, distribuíam pelos jornais seus clientes, recorrendo às possibilidades abertas pela comunicação telegráfica; e a emergência e afirmação dessa nova figura no campo da actividade jornalística que dá pelo nome de repórter (Mathien, 1995, pp.3-4), ou seja, aquele que se ocupa a deslocar-se ao local dos acontecimentos, sejam eles próximos ou distantes, enviando os seus relatos para o órgão em que presta serviço. A Guerra da Secessão terá sido um terreno propício a estes desenvolvimentos<sup>39</sup>.

Neste mesmo quadro, desenvolve-se igualmente um modo, que é novo no Jornalismo de então, de produzir e apresentar as notícias: recorre a uma técnica de redacção, reduz a informação aos factos, apresentando-os de acordo com uma ordem decrescente de relevância. A técnica viria a ser conhecida por “pirâmide invertida” (ou ‘relato lógico’, por contra-posição a ‘relato cronológico’). Visava tornar mais eficiente a transmissão da informação, sacrificando, eventualmente, a riqueza literária da escrita. A sua afirmação e difusão constituem também o resultado de uma crescente especificação e autonomia do discurso jornalístico - e dos vários géneros em que este discurso se viria a consubstanciar - relativamente à escrita literária e ao discurso político-ideológico.

Tem-se atribuído ao Jornalismo norte-americano a criação deste modo de dar forma à enunciação da informação de actualidade, a ponto de Rosen considerar o Jornalismo informativo e ‘objectivo’ como sendo “talvez o maior contributo que o Jornalismo americano tenha dado ao resto do mundo” (cit. in Durham, 1998)<sup>40</sup>. Convém notar, no entanto, que aquilo que veio, como contributo, de além-Atlântico pode, de facto, não ser tão original como parece. Estudando as relações entre a Retórica e o Jornalismo, Casasús

---

<sup>38</sup> Para uma perspectiva histórica da noção de acontecimento, veja-se Rodrigo Alsina 1989, pp.81-90.

<sup>39</sup> Um exemplo que documenta esta mudança é fornecido pelo correspondente da agência Associated Press em Washington, ao escrever, em 1856: “*O meu trabalho é comunicar factos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os factos, sejam eles quais forem*” (Read, cit. in Traquina, 1988). Veja-se, para o caso português, algo de análogo no editorial do primeiro número do ‘Diário de Notícias’, citado mais adiante.

<sup>40</sup> Num interessante artigo de Chalabry (1996), é esboçada a emergência e autonomização do “campo de produção discursiva” do Jornalismo, com as suas normas, valores e estratégias próprios, face ao discurso literário e ao discurso político, no período que vai dos anos 30 do séc. XIX até aos anos 20 do séc. XX.

encontra no rico património daquela primeira disciplina múltiplas pistas que sugerem a adaptação de processos da arte retórica à redacção jornalística<sup>41</sup>.

### 3.3. O caso português

É escassa a investigação científica sobre a história da imprensa e, em geral, dos media, em Portugal; é ainda mais escassa a história dos primeiros passos e posteriores desenvolvimentos do Jornalismo, neste país. A principal obra de síntese continua a ser a *Historia da Imprensa Periódica Portuguesa*, de José Tengarrinha (que, de resto, se fica pela primeira década do séc. XX), a que alguns trabalhos monográficos se têm vindo a juntar, especialmente na última década.

Com base na informação existente, é possível inferir que a evolução do Jornalismo e dos media em Portugal não parece afastar-se significativamente das principais tendências estudadas noutros países que culturalmente nos são próximos, nomeadamente de Espanha e França. O que não retira em nada a urgente necessidade de se desenvolverem os estudos sobre a realidade portuguesa, a fim de procurarmos conhecer as nossas especificidades, o contexto particular que é o nosso, as trocas e influências nos contactos com as realidades vizinhas.

A máquina de imprensa de Gutemberg aparece documentada no nosso país a partir da década de 80 do séc. XV. Até então, informações da historiografia mostram-nos o papel desempenhado pelos pregoeiros, mensageiros, viajantes, trovadores e almocreves na circulação das notícias.

Seguindo a proposta de Tengarrinha, poder-se-iam definir três períodos para a imprensa em Portugal: a) os primórdios, que cobririam, em termos temporais, o período que vai do séc. XVI, com as *relações* e as *gazetas*, até à revolução liberal iniciada em 1820; b) a imprensa romântica, de forte cunho ideológico, que vai até finais do século XIX, embora desde a década de sessenta com sinais de mudança a desenharem-se; e c) o período da industrialização da imprensa, caracterizado por um crescente profissionalismo e por um peso cada vez maior da vertente noticiosa em detrimento da opinião<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Casasús identifica historicamente dois grandes modelos de relato: o *modus per incrementa*, de que os relatos homéricos seriam uma das modalidades; e o *modus per tempora*. Este último é no essencial cronológico; aquele procede por gradação. A pirâmide invertida seria uma variante invertida do *modus per incrementa*. (ob cit. p.20)

<sup>42</sup> O programa ou projecto editorial com que se apresenta, em 1865, o 'Diário de Notícias' (repare-se como não poderia haver título mais banal e, ao mesmo tempo, mais significativo) constitui um bom exemplo. Propõe-se, como refere no nº 1, *interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências (...). Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem*

A mudança verificada nas últimas décadas no Jornalismo escrito, para o que também contribuiu a entrada em cena da rádio e, sobretudo, da televisão, sugere a pertinência de uma revisão ou desenvolvimento da periodização de Tengarrinha, nomeadamente quanto à extensão temporal da sua terceira fase.

Um ponto importante que importa considerar, neste contexto, diz respeito ao binómio censura-liberdade, no campo da imprensa, tão decisivo para a configuração do Jornalismo. Deste ponto de vista, importa tomar consciência de que o período que vai do séc. XVI à actualidade foi, na sua maior parte, caracterizado por um forte regime de censura prévia. Foi-o até 1821, data da primeira lei de liberdade de imprensa, tornada efectiva apenas em 1834, na sequência do desfecho da guerra civil<sup>43</sup>; foi-o, mais proximamente, durante todo o período do chamado Estado Novo, até à Revolução de 25 de Abril, mesmo que eufemisticamente designado ‘exame prévio’ no consulado marcelista<sup>44</sup>.

Relativamente às características do Jornalismo praticado em cada uma das fases aqui consideradas, um bom exercício passa pelo contacto directo com exemplos de conteúdos de publicações de cada período e a respectiva análise.

#### ***4. Uma perspectiva integrada do campo jornalístico***

Consideramos - e essa tem sido uma das orientações que imprimimos à disciplina de Jornalismo - que esta actividade não pode ser compreendida na sua complexidade se a reduzirmos ao campo das mensagens, ou seja, ao produto que cada meio de informação disponibiliza ao universo da sua audiência potencial. Por tal razão, dedicamos uma boa parte do programa a identificar e analisar os factores que se encontram, por assim dizer, a ‘montante’ e a ‘jusante’ das mensagens e que pesam, embora de modos diferenciados, no *output* jornalístico.

---

*sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que se jam os seus princípios, o comentá-los a seu sabor.*

<sup>43</sup> Não sem entraves e mesmo retrocessos, como o documenta, por exemplo, aquela que ficou conhecida como ‘Lei das Rolhas’, de 3 de Agosto de 1850, que suscitou em todo o país uma vigorosa onda de protestos, em que se destacaram algumas das nossas mais importantes figuras das letras.

<sup>44</sup> Para uma perspectiva do que foi a censura em Portugal da Revolução Liberal ao 25 de Abril de 1974, cf. Franco 1993; para a exemplificação de materiais censurados durante o salazarismo e marcelismo, cf. Príncipe (1994). A compreensão do quadro político existente nos finais do salazarismo e no período marcelista beneficia da consulta de Balsemão (1971). Para os desenvolvimentos do Jornalismo, das comunicações e dos media no Portugal do período imediatamente antes e após o 25 de Abril cf. nomeadamente Paquete de Oliveira, 1992 e 1995; Cádima, 1996; Mesquita et al. 1994; Rebelo, 1993; Correia, 1997; Sousa, 1996; Seaton & Pimlott, 1983.

O presente módulo tem, assim, como objectivo amplo não apenas incorporar no “mapa” dos estudos do Jornalismo tais factores, mas também, e talvez principalmente, promover nos estudantes o desabrochar de competências em ordem à compreensão de um quadro global e coerente do campo jornalístico.

#### *4.1. A informação e o Jornalismo no quadro do sistema social*

O Jornalismo e a actividade jornalística desenvolvem-se num quadro complexo de influências recíprocas e de trocas com os restantes campos sociais e com o espaço social como um todo. Desde logo, porque o Jornalismo não faz sentido a não ser com o pressuposto da sociedade. É dela, em função dela e para ela que vive. E este papel, que é a um tempo de mediador e de definidor, como veremos mais adiante, embora seja social, cultural e politicamente legitimado através de dispositivos diversos, não impede que o campo jornalístico seja palco de um permanente e irresolúvel conflito e jogo de forças. Este conflito tem as suas origens, antes de mais, nas dinâmicas e contradições internas ao campo, mas tem também, e sobretudo, que ver com as pressões que advêm da opinião pública, das forças políticas, dos governos e das máquinas estatais, dos *lobbies* e grupos de pressão, das fontes, das respectivas audiências, dos anunciantes e publicitários.

Procurando desenhar uma tipologia de modelos de relação entre os media e a sociedade, Raymond Williams sugere, num seu texto já antigo, que as diferentes modalidades de relacionamento, nas quais o Jornalismo se inscreve, se situam algures numa linha cujos pólos seriam o do controlo, por um lado, e o da liberdade, por outro. No primeiro, inclui o modelo *autoritário* (em que os media são apropriados pelo poder político como instrumento, frequentemente acompanhado da instauração da censura, ao serviço de uma verdade única); e o modelo *paternalista* (com pontos comuns ao anterior, mas em que um grupo social/político se atribui a missão de proteger e guiar o conjunto da sociedade, em termos de gostos e de valores, desempenhando os media o papel de guardiães). No pólo da liberdade, Williams coloca o modelo *comercial* (que se opõe à intervenção do Estado e pretende deixar às leis do mercado o funcionamento dos media); e o modelo *democrático* (que não só se opõe aos pressupostos dos dois primeiros, como recusa que os media e o Jornalismo possam ter o mercado como norma de funcionamento; os meios de difusão colectiva são aqui tomados como instâncias de animação e expressão do debate dos

assuntos de interesse público e formas democráticas de controlo da acção desses mesmos meios)<sup>45</sup>.

Note-se que se trata de modelos, de uma espécie de tipos ideais. A realidade das coisas apresenta soluções nas quais mais do que um destes modelos se combina, em função da história de cada sociedade, das suas idiossincrasias e processos sociais específicos, os quais balizam a actividade jornalística.

Um desses factores é o quadro normativo em que assenta o sistema social e que engloba desde as disposições constitucionais genéricas e fundamentais, até às leis que regulam o exercício do direito à informação e da liberdade de imprensa, que definem o papel dos diferentes tipos de meios de comunicação, o estatuto do jornalista, etc. Tais disposições não podem ser vistas como realidades fixas de uma vez por todas, mas, antes, como o resultado de posições, mais ou menos consensuais, mais ou menos hegemónicas, em determinados momentos históricos, sendo necessário confrontar o que dispõe a lei e o que se passa efectivamente na prática.

Uma outra dimensão relaciona-se com as orientações seguidas, em cada sistema social concreto, ao nível da economia política: o regime e lógica dominantes quanto aos direitos económicos, às formas de propriedade, ao posicionamento no quadro da economia mundial; o papel do Estado no campo económico; as lógicas decorrentes da inserção em espaços económico-políticos mais vastos (como a União Europeia), etc. No que aos media e ao Jornalismo diz respeito, é importante considerar, além do papel do Estado e do modo como esse papel é efectivamente exercido, a evolução das tendências no terreno da propriedade e do controlo<sup>46</sup>, as formas de concentração, de integração e de internacionalização das empresas, grupos e capitais, o impacte das medidas ditas desregulamentadoras das duas últimas décadas, entre outros pontos.

A propósito da globalização, é de aludir a um facto que, depois do debate dos anos 70 no âmbito da UNESCO sobre a Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação, não se encontra muito na moda, apesar de alguns dos problemas que

---

<sup>45</sup> Não pode deixar de se assinalar a proximidade da proposta de Williams com o estudo, que fez escola, publicado em 1956, por F. Siebert, T. Paterson e W. Shramm, intitulado *Four Theories of the Press* (Urbana, IL: University of Illinois Press). Uma leitura do impacte e actualidade desta obra pode ser consultada em Nerone, 1995.

<sup>46</sup> Como sublinha Herman (1990), actualmente, o volume dos investimentos em capital necessários ao lançamento de um meio de comunicação, nomeadamente da televisão, é tal monta que só uma minoria com grande poder económico poderá aspirar a tal. Por outro lado, a saúde económica e financeira dos órgãos de informação depende não apenas da aceitação do respectivo produto no mercado, mas também das lógicas e estratégias dos anunciantes e publicitários, o que lhes confere um poder que pode ter - e em diversos casos tem tido - interferência ao nível dos conteúdos editoriais.



estiveram na sua génese continuarem a fazer-se sentir. Referimo-nos à dimensão geo-estratégica da informação e às profundas assimetrias que ocorrem nos fluxos informativos entre as diferentes regiões do planeta, campo em que as grandes agências informativas têm certamente um papel relevante. Como observava recentemente um investigador, corroborando conclusões de outros estudos<sup>47</sup>, “nem todos os países nasceram iguais para serem notícia” (Chang, 1998).

A um outro nível, não pode deixar de considerar-se como factores que interagem com o Jornalismo as dinâmicas sociais e culturais levadas a cabo por grupos e instituições da chamada ‘sociedade civil’; os padrões dominantes e minoritários de relação com os media (por exemplo, as práticas de leitura); o lugar e papel das elites culturais; a densidade e participação no debate público; e, de uma forma mais geral, as tradições e identidades específicas de determinadas comunidades regionais e nacionais.

Em resumo, pode dizer-se que, neste quadro mais amplo, a actividade jornalística constitui, a um tempo, um produto social (porquanto condicionada e instituída, de algum modo, pelo sistema social em que se desenvolve e sendo dele expressão, não ao modo de um espelho, mas de uma realidade configurada pelas próprias contradições, lutas e dinâmicas da vida social), e, por outro lado, um agente social (com um impacto diferencial, mas sempre significativo, na vida e nas representações dos indivíduos e dos grupos). Além disso, o Jornalismo deve ser visto e entendido como uma actividade sempre situada. Não há um Jornalismo, mas vários.

#### *4.2. As empresas jornalísticas*

Depois de termos abordado as condicionantes a que poderíamos chamar externas do Jornalismo, aproximemo-nos agora dos quadros organizativos em que a actividade jornalística ocorre - as empresas jornalísticas - a fim de avaliarmos em que medida esta dimensão constitui simultaneamente um factor de habilitação e potenciação e, ao mesmo tempo, um factor de constrangimento e de limitação para a prática do Jornalismo. Por outro lado, a consideração desta vertente pode ser importante para combater a ideia corrente do jornalista como um profissional liberal, entregue ao seu querer e à imprevisibilidade dos acontecimentos, desligado de vínculos organizacionais e de enquadramentos em hierarquias funcionais.

---

<sup>47</sup> UNESCO (1985) *Les Nouvelles de l'Étranger dans les Médias*. Études et Documents d'Information, n° 93. Paris: UNESCO. Veja-se também a obra de referência MacBride et al. (1980).

Consideremos, em primeiro lugar, que existem diferentes tipos de empresas, de acordo com o meio em questão. Enquanto, no caso da imprensa, a empresa se constitui predominantemente, se não exclusivamente, para produzir e difundir um ou mais órgãos de informação, no caso da rádio e da televisão, a informação jornalística constitui, geralmente, uma parte minoritária da oferta global da empresa, inserindo-se numa grelha de programação que tem a sua lógica específica<sup>48</sup>.

Acresce dizer, igualmente, que a empresa jornalística não nasce de geração espontânea. A entidade individual ou colectiva a quem pertence tem, por certo, objectivos e lógicas que deseja ver concretizados, o que passa, no plano jornalístico, pela definição de um projecto / estatuto editorial que consubstancie a filosofia e âmbito do produto jornalístico a produzir e pela nomeação de titulares dos respectivos cargos directivos (Breed, 1955/1993)<sup>49</sup>. Muitas vezes, não é tanto pelo teor de tais estatutos que se pode concluir de determinada orientação editorial, mas antes pelas características da própria publicação e pelas estratégias de lançamento ou de auto-promoção do meio informativo.

Um outro aspecto, nem sempre tido em conta, prende-se com o modo como as redacções e, mais em geral, as empresas jornalísticas, se organizam e estruturam: as suas hierarquias, as suas rotinas, os seus recursos, as formas de participação. Em suma, aquilo a que se poderia chamar o clima, e mesmo a cultura, organizacional.

Estes diferentes aspectos, acabados de enunciar, põem em relevo o facto de a actividade jornalística não ser uma mera relação entre o acontecimento e o público mediada pelo jornalista individualmente considerado. Na grande maioria dos casos, este jornalista é um assalariado, submetido (que não dominado ou esmagado) a uma orientação editorial, a uma hierarquia e a uma cultura específicas em termos de rotinas e de recursos.

Vendo o problema de um outro ponto de vista, a organização jornalística permite a concatenação de energias e de competências, configura um quadro de socialização e de apoio, possibilita um trabalho de equipa que é, ao fim e ao cabo, indissociável da actividade jornalística.

Poder-se-ia dizer, no entanto, que os aspectos enunciados não se afastam muito daquilo que poderia ser dito de qualquer outro tipo de empresa. E em certa medida assim é. Mas há especificidades da empresa jornalística que não podem ser elididas. Desde logo, as que

---

<sup>48</sup>Este aspecto não parece ser de menosprezar, porquanto, especialmente na televisão, a lógica de ‘embalagem’ de programas, em canais generalistas, pode de algum modo repercutir como pressão sobre a informação.

<sup>49</sup> O estatuto editorial deve ser entendido, antes de mais, como uma espécie de contrato estabelecido com o público, que sabe, assim, o que deve esperar. Soloski, porém, equaciona-o como um “mecanismo de controlo intra-organizacional” dos jornalistas (1993, p. 99)

decorrem do facto de ela lidar com “um meio altamente imprevisível”, como é o das notícias (Soloski, ob. cit., p.92)<sup>50</sup>, o que impõe a necessidade de implementar formas organizativas menos burocratizadas e mais flexíveis. Por outro lado, as que decorrem das horas de fecho, de que depende toda a cadeia subsequente de produção e distribuição.

Ainda no quadro desta referência às particularidades da empresa jornalística, designadamente no sector da imprensa, será importante aludir a algumas especificidades da gestão económica. Desde logo, a que decorre do facto de a produção jornalística ter um carácter efémero e rapidamente perecível. O que faz com que o ‘prazo de validade’ seja curto e não seja possível constituir ‘stocks’ (Toussaint-Desmoullins). O facto de cada edição exigir um protótipo, aliado a esse outro facto que é a necessidade de investir permanentemente na tecnologia mais avançada que permita aumentar a velocidade da produção sem esquecer também a imprescindibilidade de recorrer a mão de obra numerosa e altamente qualificada, faz com que o negócio dos media seja especialmente complexo e exija investimentos consideráveis. No caso dos jornais e das revistas, além da venda das edições (ao número e através de assinatura), uma outra importante e decisiva fonte de rendimento é a venda de espaço (de tempo, no caso da rádio e televisão) aos anunciantes. Daí dizer-se que a imprensa é vendida duas vezes: em primeiro lugar, o espaço para a publicidade e, depois, o número ao leitor-consumidor. Mas isto, que não suscita, à primeira vista, questões especiais, pode implicar constrangimentos importantes para a redacção, bem como tensões e disputas internas à empresa jornalística em torno da questão de qual o departamento (redactorial, de publicidade) é o mais decisivo para a saúde económica e para o futuro da empresa.

Em suma, este tópico procura chamar a atenção dos estudantes para o facto de a compreensão do Jornalismo ser indissociável do contexto organizacional da sua produção e para o facto de que, parafraseando Crespo de Lara, “o jornalista é um ser irremediavelmente chamado a trabalhar com outros, de acordo com um plano, uma disciplina e uma direcção” (1995, p.17). Isto é verdade naquele tipo de empresa comercial e voltada para a concorrência, que predomina nas sociedades de mercado, mas é válido igualmente para outros modelos de empresa jornalística, como é o caso de muitas empresas públicas ou de prestação de serviço público.

---

<sup>50</sup> Manuel C. Chaparro, no entanto, contesta a ideia de que as características dominantes do ambiente jornalístico continuem a pautar-se pela imprevisibilidade e não-programação das notícias. Segundo ele, esse tipo de notícias ocupam um espaço cada vez menor nas páginas dos jornais, porquanto “a temporalidade dos acontecimentos está vinculada a acções estratégicas de instituições e grupos” (1998, p. 109).

### 4.3. As tecnologias e a informação

Mesmo que tenhamos as nossas reticências face à conhecida afirmação de McLuhan de que “o meio é a mensagem”, não podemos deixar de sublinhar que o factor tecnológico condiciona, de modos vários, a actividade jornalística em todas as suas fases: na recolha e selecção da informação, no seu tratamento e organização e na sua produção e difusão.

Diversos autores têm chamado a atenção para o facto de as tecnologias não serem socialmente neutras (Miège, 1989; Postman, 1990; Ong, 1996), o que constitui, digamos assim, uma vénia, feita à distância, ao sentido a que aludia McLuhan. Esse ponto é relevante para o jornalismo em várias dimensões, nomeadamente, no sentido em que elas são apropriadas em quadros sociais marcados por grande desigualdade de oportunidades, e no sentido em que as mesmas mensagens adquirem tonalidades e impactes diferenciados conforme o meio pelo qual chegam ao público.

Num outro campo, um intelectual da estatura de Neil Postman alertava, não há muitos anos, para os riscos decorrentes do crescimento exponencial da informação disponível, num quadro cultural de perda das referências necessárias às ‘viagens’ individuais e colectivas<sup>51</sup>. O desafio continua a ser, e será, cada vez mais, o de alimentar permanentemente uma atitude crítica que vá para além dos discursos e comportamentos de encantamento ou de diabolização.

Reportando-nos mais directamente às incidências da dimensão tecnológica na actividade jornalística, importa recordar aquilo que referimos atrás, quanto ao papel que o telégrafo parece ter desempenhado na configuração e desenvolvimento do Jornalismo noticioso. A natureza dos processos de codificação-transmissão-recepção incentivaram os repórteres a reduzir as suas informações a unidades factuais e a codificá-las de forma simples para serem enviadas aos escritórios centrais das agências e, posteriormente, aos assinantes dos seus serviços.

Um outro exemplo poderia ser encontrado nas possibilidades que o desenvolvimento das tecnologias de televisão vieram abrir ao Jornalismo em directo, como, de resto, a rádio já fazia. Ora, aqui temos um exemplo de como aquilo que aparece como uma mais-valia para o Jornalismo televisivo - o directo -, porquanto confere mais espectacularidade e

---

<sup>51</sup> Segundo Postman (1990), como não sabemos qual a informação relevante para as nossas vidas, até porque perdemos a noção que interligava informação e acção, entregamo-nos a criar máquinas cada vez mais performativas, que ainda aumentam mais as quantidades de informação, agravando ainda mais a inoperância do sistema imunitário colectivo e levando-nos, sem disso darmos conta, a uma espécie de SIDA cultural (in *Informing Ourselves to Death*).

instantaneidade à cobertura dos acontecimentos, pode representar também riscos vários, nomeadamente o de serem as fontes, os promotores dos eventos, a comandar a actividade jornalística. Ou seja, o carácter mediado da informação cede perante a imediaticidade desta. A informação, no seu sentido etimológico de dar forma, passa a ser feita não por quem tem a competência socialmente legitimada para tal, para passar a ser feita pelos protagonistas dos acontecimentos. Com uma agravante, no caso em apreço: o directo, sendo aparentemente o auge do Jornalismo, é por outro lado não apenas a sua negação, mas, o que é ainda mais, a sua mistificação: o directo cria e promove a ideia da naturalidade, do espelho fiel, da janela aberta em tempo real sobre o mundo. Ora, como observou Mathien, “abolir o tempo equivale a abolir a informação” (1995: 119).

Este tipo de práticas jornalísticas, que vem conquistando uma expressão cada vez maior nos anos mais recentes, foi tornado possível pela evolução tecnológica. Mas não é, por essa razão, apenas um produto das ‘tecno-lógicas’, é igualmente seu produtor. Na verdade, a pressão da corrida contra o tempo (e contra a concorrência), exigida pela informação-espectáculo, não condiciona apenas a natureza da informação produzida; constitui igualmente um factor acrescido de pressão sobre as indústrias que concebem e produzem estas tecnologias. Também neste sentido elas não são neutras.

Questões similares podem ser colocadas em torno da distribuição de informação de interesse jornalístico através da Internet, embora, neste caso, nos pareça necessário alargar a reflexão a outras dimensões não contempladas até aqui. Não há muito, o escritor e jornalista colombiano García Márquez (1996) alertava para os riscos de as redacções dos meios de informação se transformarem em “laboratórios assépticos para navegantes solitários, onde seria mais fácil comunicar com os fenómenos siderais do que com o coração dos leitores”, redacções nas quais já quase não seria necessário os jornalistas saírem à rua para fazerem as suas reportagens. Este aviso, em tom de quase profecia, em lugar de inibir a reflexão e o estudo, exige que se pensem e perspectivem os desafios colocados à imprensa escrita, e aos media em geral, no quadro das novas redes de comunicação telemática .

Na esteira de alguns estudos que têm sido realizados, poder-se-ia dizer que a edição de jornais e revistas em versão electrónica, copiando e seguindo a lógica da versão impressa, seria apenas o grau zero daquilo que poderá vir (e, em alguma medida, já começa) a ser a informação jornalística em rede. Num relatório elaborado em 1997 para o Governo francês, por exemplo, sublinha-se que a Internet poderá vir a constituir a grande oportunidade para a imprensa escrita, levando-a a redefinir o seu papel, a procurar novos

parceiros, a valorizar o seu *know-how*, a apostar nos conteúdos, designadamente na informação dita de serviço, e a apostar nas comunidades locais (Bourdier, 1996).

Já Angelo Agostini, sem pôr em causa este cenário, coloca um conjunto de interrogações que parecem bem mais fecundas, em termos de perscrutação das mudanças em curso. “A Internet - interroga-se - é apenas um novo meio de distribuição ou irá alterar a natureza do Jornalismo?” (1997). É que a lógica da navegação através de botões hipertextuais, que permite saltar livremente de um documento para outro, ao sabor do desejo, do interesse ou até do capricho individual, rompendo com uma modalidade de leitura linear, pode vir a tornar necessária uma outra lógica de escrita e uma arquitectura e conteúdo distintos da informação. Ao nível da escrita, por exemplo, a técnica de redacção conhecida por pirâmide invertida pode vir a deixar de fazer sentido. Por outro lado, o jornal electrónico, em lugar de uma espécie de clone do jornal impresso, pode mudar de tal modo que se venha a transformar numa plataforma ou entroncamento onde convergem e de onde partem múltiplos itinerários significativos, em linguagens diversificadas, acompanhadas de sugestões e de materiais para complementar, enquadrar, aprofundar ou ilustrar o material editado.

Daí que Agostini sustente que “a revolução digital põe em questão as próprias bases da actividade jornalística, seja ao nível das técnicas de investigação e de apresentação da informação, seja da evolução da relação jornalista-leitor, ou ainda da reestruturação industrial e comercial” (id.).

#### *4.4. Os profissionais da informação*

Depois do itinerário já realizado até este momento, na consideração de dimensões que condicionam e configuram a actividade jornalística em cada sistema social concreto, é já possível arredar (no sentido de distanciar-se e não, evidentemente, no sentido de não considerar) aquela visão romântica e mitificada do jornalista como “cavaleiro andante”, diletante, inquiridor, meio polícia, meio juiz, que continua, por vezes, a informar as imagens difundidas pelos próprios media.

O que diz a lei de vários países sobre o que entender por jornalista parece bastante lógico: é alguém que tem o Jornalismo como actividade principal, permanente e remunerada. Mas há países em que não existe qualquer estatuto de jornalista definido na lei e, de

qualquer modo, a realidade das redacções recobre múltiplas situações que dificilmente cabem naquela definição<sup>52</sup>.

Na sociologia da profissionalidade e das profissões, consideram-se relevantes dois parâmetros: a) que exista uma legitimação social, ou seja, que a sociedade reconheça que determinado conjunto de profissionais são os únicos a quem compete prestar determinados serviços à comunidade (neste caso, a informação de actualidade); e b) que exista o reconhecimento dos pares, relativo aos processos, valores e normas de acção (cf. Soloski, 1989/1993). Isto significa que a profissionalidade jornalística é independente, ou pelo menos autónoma, relativamente à empresa, pelo que esta recorre à definição de uma política editorial e empresarial própria, como forma, segundo Soloski, de controlar possíveis conflitos (id., p.100).

Por outro lado, e para continuarmos a seguir o pensamento do mesmo investigador, a empresa jornalística não controla a “base cognitiva” da profissão, materializável, por exemplo, numa formação prévia e em exercício que todos os futuros jornalistas tivessem de frequentar. Há, certamente, normas, padrões de referência - os códigos deontológicos, por exemplo - mas esses são definidos em lei geral ou auto-regulados ao nível da profissão. De resto, a base cognitiva está longe de se confinar ao campo ético, por muito importante ou mesmo fundamental que este seja (e certamente o é). Com efeito, “a natureza do Jornalismo é substancialmente diversa das profissões de advogado, médico ou engenheiro. Nem todos os jornalistas possuem credenciação específica para a profissão. Muitos deles efectuaram a aprendizagem na ‘tarimba’ da redacção. As formações específicas para o Jornalismo inscrevem-se em diversos modelos pluridisciplinares. Pressupõem a cultura humanística, o domínio das ‘técnicas de expressão’ e a capacidade de utilização de certas tecnologias (desde a informática ao audiovisual). Mas o conjunto de saberes exigível a um jornalista - pela polivalência e diversidade que caracteriza a profissão - está longe de possuir a coerência de formações baseadas em disciplinas como o direito ou a medicina” (Mesquita, 1998, p. 31). A citação é extensa, mas exprime com propriedade algumas das características que levaram Schudson a falar do Jornalismo como de uma “uninsulated profession” (cit. in McQuail, 1994, p.198).

Feita esta sumária incursão no problema da profissionalidade jornalística, importa agora salientar um aspecto que não é imediatamente visível a quem analisa de fora este campo

---

<sup>52</sup> Considerando apenas os 12 países que integravam a União Europeia no início dos anos 90, em pelo menos seis - Alemanha, Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Luxemburgo e Grécia - não existia qualquer estatuto de jornalista definido na lei (Mathien, 1995, pp.23-24).

profissional. Referimo-nos à heterogeneidade das situações e das posições e papéis que caracterizam esta profissão. Na análise deste ponto, poder-se-ia considerar um eixo de diferenciação horizontal e um eixo de diferenciação vertical. O primeiro englobaria a multiplicidade de actividades que se albergam sob o ‘chapéu’ de jornalista (Sauvage, 1988). O segundo referir-se-ia às funções e níveis hierárquicos, que têm a ver com *status* profissional, com margens de autonomia e com poderes de decisão. Analisando o campo profissional com base numa grelha classificativa deste tipo, logo nos aperceberemos de que a entidade “jornalistas” recobre uma pluralidade de situações, de estatutos e de funções.

Há, no entanto, algo que caracteriza, em geral, o trabalho destes profissionais. No exercício da sua actividade, eles são, quer em termos individuais quer colectivos, a um tempo, mediadores e definidores. São mediadores na medida em que se posicionam entre os eventos e as situações a relatar e os públicos destinatários desses relatos. Não como simples portadores, transportadores ou amplificadores, mas como ‘in-formadores’, isto é, autores de representações e construções. São, por outro lado, definidores, porquanto recortam e seleccionam, com critérios determinados, os temas a mediar e os elementos a considerar e valorizar em cada tema seleccionado. Ou seja, depende deles e da actividade jornalística globalmente considerada aquilo que, em cada momento, se torna objecto da atenção pública. O que implica, desde logo, um reverso: depende deles também aquilo que, em cada momento, não acede à visibilidade social, aquilo que permanece na penumbra ou que é pura e simplesmente esquecido ou silenciado.

Percebe-se, assim, a importância atribuída ou que seria desejável atribuir aos requisitos para ingresso na profissão e, nomeadamente, à formação de futuros jornalistas.

Relativamente a este ponto, o esboço de um quadro de situação ao nível internacional constitui uma via que permite tomar consciência da diversidade de contextos e da desigual experiência nestes domínios. A consulta e análise de fontes como as organizações internacionais de jornalistas e e como a UNESCO, Conselho da Europa, etc, revelam-se de capital importância.

Finalmente, e como primeiro passo para colocar os estudantes em contacto com a realidade da profissão, é vantajosa a alusão a algumas especificidades do quadro português. Referimo-nos aqui, em primeiro lugar, ao carácter recente da formação de nível superior em Jornalismo e Comunicação (Correia, 1995; Pinto & Sousa, 1998; Alves, 1995; Mesquita, 1995) e respectiva contextualização; bem como às tendências para que apontam os estudos sociográficos que vêm sendo feitos desde finais dos anos 80



sobre os jornalistas portugueses, designadamente o crescimento numérico, a juvenilização e a feminização (Garcia, 1994 e 1995).

#### 4.5. *A produção das mensagens jornalísticas*

*Do acontecimento à notícia* - Jornalismo é, antes de tudo, notícia e notícia é relato de um acontecimento a uma audiência mais ou menos vasta. Nada aparenta ser mais simples e, todavia, sabemos como tudo é bem mais complexo. Se fosse possível fazer do Jornalismo um espelho perfeito da vida e do mundo...! Mas como, se são pessoas e instituições humanas que fazem o Jornalismo e que constroem os espelhos e as metáforas? Tudo é, de facto, bem mais complexo. Desde logo, aquela pergunta que tantos estudiosos do fenómeno jornalístico se fizeram, desde há décadas: que é que faz que um facto ou um evento se transforme em notícia e outro facto ou evento fique no limbo do esquecimento, nos bastidores do palco da visibilidade social? Que valores, que critérios, que categorias são postas em campo, quando se trata de realizar esta eleição? Uma resposta poderia ser: é necessário que os eventos sejam relevantes ou interessantes. Mas a resposta não adianta muito, já que seria sempre possível perguntar: para quem? Em função de quê? E assim teríamos voltado ao ponto de partida.

Em resultado de múltiplas pesquisas, baseadas muitas delas na observação participante, foram constituídas diferentes listagens de características que os eventos da vida social deveriam reunir para terem mais probabilidade de se transformar em notícia e assim alcançar a notabilidade<sup>53</sup>. Wolf (1987, p.177 e ss.) organiza essas características de acordo com os pressupostos implícitos, considerando, nomeadamente, se são: a) relativos à substância das notícias (como, por exemplo, o *status* dos indivíduos envolvidos, o impacto sobre o conjunto do país, a relevância para o futuro de uma dada situação, etc); b) relativos ao produto informativo (actualidade; grau de acessibilidade para os jornalistas, congruência com as possibilidades técnicas e organizativas...); c) relativos ao meio de comunicação (possibilidade de captação de imagens, relação entre a frequência do acontecimento e a periodicidade/frequência do meio...); d) relativos ao público (poder de atracção do material recolhido; possibilidade de identificação/projecção; utilidade); e) relativos à concorrência (busca de ‘cachas’ e exclusivos para surpreender; probabilidade de selecção pelo concorrente...).

---

<sup>53</sup> Uma tipologia de critérios de selecção temática de certo modo inspirada em Niklas Luhmann foi proposta por Böckelmann (1983). Uma apresentação sintetizada dessa proposta pode ser encontrada em Saperas (p. 96 e ss.).

Lorenzo Gomis (1991) contribui para esta reflexão com uma proposta que merece ser considerada. Na sua óptica, as redacções jornalísticas e os profissionais do Jornalismo podem não ser capazes de dar uma definição rigorosa do que é notícia, mas têm uma noção bastante clara de que um determinado evento é mais notícia do que outro. O que é escolhido é mais notícia do que o que é deixado fora; é mais notícia o que vem na primeira página ou abre o telejornal do que o que vem a seguir, etc. Fundamentalmente, o critério que faz com que determinado facto ou acontecimento seja mais notícia é porque se lhe atribuem maiores repercussões (p.97-98)<sup>54</sup>.

Este tipo de ensaios exige duas notas de comentário. Em primeiro lugar, as tipologias são, ao fim e ao cabo, tentativas de tornar explícitas, para submeter à análise crítica, dimensões que estão presentes nas práticas, de forma mais ou menos implícita e que são necessariamente situadas no espaço e no tempo. São também modos de as redacções lidarem com a variedade e a imprevisibilidade, ‘mobilizando’ categorias e estabelecendo rotinas que permitam conferir alguma ordem e eficácia num processo que exige, com frequência, juízos e decisões extraordinariamente rápidos. Isto significa - e é a segunda nota - que não estamos diante de quaisquer tipos de normas a cumprir, mas de esforços de compreensão do modo de operar do Jornalismo.

*Fontes jornalísticas* - Como os jornalistas por princípio não inventam as notícias que difundem; como não testemunham muitos dos acontecimentos que têm de noticiar; como, por outro lado, muitos daqueles eventos que eles testemunham envolvem outros aspectos que não são dados a conhecer; finalmente, como os assuntos e as situações são cada vez mais diversos e complexos, exigindo o contributo de terceiros (Durandin, 1993, p.269); por tudo isto o Jornalismo depende enormemente de múltiplas fontes de informação.

Esta dependência não seria problemática se não se levantassem problemas importantes acerca do grau variável de credibilidade das mesmas fontes. Estas, ou porque mal informadas ou por interesse em fazer valer determinada versão ou ponto de vista sobre os

---

<sup>54</sup> Repercussões entendidas como novas notícias geradas pela primeira notícia, a atenção dada por outros meios informativos, comentários e debates a vários níveis do sistema social, acções provocadas pelo conhecimento do facto, etc. Inerente à noção de repercussão está ainda a ideia de perdurabilidade ou tempo que um acontecimento-notícia se mantém sob atenção dos media.

Com base nesta ideia de repercussão, Gomis apresenta também a sua tipologia (pp. 115-150), que cobre, não raro cumulativamente: resultados (conclusões finais, dados numéricos e tudo o que cria a ideia de exactidão, quantificação); aparições (“presenças eloquentes e geralmente públicas de personagens conhecidas que dizem algo”); ausências, desaparecimentos, morte de alguém conhecido; mobilizações [‘desplazamientos’] (manifestações, concentrações, marchas por uma causa e com trajecto pré-anunciado; sequestros, roubos, tráfico de droga ou armas, etc); erupções alarmantes (crimes, desastres, catástrofes e em geral o que poderia chamar-se ‘as más notícias’).

factos, podem facilmente induzir em erro o jornalista e o órgão de comunicação, comprometendo, assim, a qualidade do Jornalismo em termos de verdade e de rigor. E muitas vezes nem mediante o cumprimento de uma das regras básicas do Jornalismo - a verificação e contrastação das informações - se consegue superar as dificuldades.

Importa, todavia, observar que não se trata de um problema que possa ser apenas atribuído às fontes. Como bem sublinhou Herman (1990, p. 77), o jornalista vive imerso num quadro ideológico e de valores, que pode armadilhar o seu trabalho. É o caso de fontes que socialmente são vistas como dotadas de autoridade e de credibilidade, cujas informações tendem, por essa razão, a ser mais bem aceites e o empenho na respectiva confirmação menos acentuado.

Manuel López (1995, p.37) tipifica as fontes em quatro categorias: a) próprias (do jornalista ou do meio de comunicação; b) institucionais (ligadas a diferentes instituições, departamentos oficiais, gabinetes de comunicação, etc); c) espontâneas (ocasionais, locais, iniciativas individuais, muitas vezes de vítimas dos actos das instituições); e d) confidenciais (que fornecem pistas sem saírem da sombra, por acordo com o jornalista ou por decisão própria).

Um aspecto comum a todos estes tipos é o de que, na esmagadora maioria dos casos, as fontes são interessadas. Por qualquer razão, mais nobre ou mais vil, existe o interesse em que a notícia seja divulgada. O que leva Gomis a dizer que “não é o meio de comunicação que persegue as notícias, mas estas que assediam o meio de comunicação” (1991, p.75).

Isto quer dizer que existe de facto uma pressão das fontes sobre os jornalistas e os órgãos de comunicação. O que em si mesmo não é grave, contanto que da parte destes haja uma permanente vigilância e esforço de distanciamento. McNair (1998, p. 143) observa que a influência das fontes no produto jornalístico se reveste de uma importância crescente, tanto ao nível da marcação da agenda como dos próprios conteúdos<sup>55</sup>. Torna-se, pois, importante que se examine essa vertente que alguém<sup>56</sup> chamou “the people who live in the dark”, envolvendo a panóplia de instituições, serviços, assessorias e departamentos de comunicação e relações públicas ligadas quer às instituições mais diversas do campo sócio-económico, mas também às instituições políticas, culturais, religiosas, etc.

---

<sup>55</sup> Numa linha semelhante, e também mais preocupante, Manuel C. Chaparro observava recentemente, no curso da Arrábida, coordenado por Mário Mesquita, que, ao passo que, nos anos 50, as fontes tinham medo do repórter, hoje chegam a desenvolver estratégias para serem elas a agendar o trabalho das redacções (cf. texto de João Miguel Tavares, in *Diário de Notícias*, 16 de Outubro de 1998).

<sup>56</sup> Clare Short, cit. in McNair 1998, p. 144.

Uma das formas de actuação que este tipo de fontes institucionais desenvolve, com o objectivo expresso de influenciar a agenda dos media, é precisamente a criação de pseudo-eventos que, ao contrário dos eventos, existem porque são cobertos pelos jornalistas. Recorrendo ao *know-how* do modo como os jornalistas trabalham e das especificidades dos vários tipos de meios de informação, assumem um papel activo de marcação e de encenação, a que não falta frequentemente uma boa dose de criatividade, em ordem a beneficiarem de cobertura mediática, nomeadamente nos principais serviços noticiosos da televisão.

No entanto, é importante sublinhar que o trabalho desenvolvido por tais serviços e instituições se insere numa lógica que, sendo distinta da jornalística, tem a sua legitimidade própria, que deve ser reconhecida e aceite. O problema pode surgir no momento ou nas situações em que lógicas não jornalísticas contaminam ou determinam o campo jornalístico. Estamos, assim, colocados perante uma dimensão hoje em dia essencial da relação entre os jornalistas e as fontes de informação<sup>57</sup>.

Uma observação final para acrescentar que há numerosos outros aspectos que podem interferir na relação referida, designadamente factores internos ao próprio campo jornalístico. Vários deles foram já sugeridos anteriormente, como é o caso do estatuto editorial, dos meios humanos e tecnológicos da empresa jornalística, etc. (Lopes, 1998).

*Géneros jornalísticos* - Começemos por uma proposta de definição de um dos autores que mais tem trabalhado sobre o assunto: géneros jornalísticos são “as diferentes modalidades de criação linguística destinadas a ser canalizadas através de qualquer meio de difusão colectiva, no intento de responder aos grandes objectivos da informação de actualidade: o relato dos acontecimentos e o juízo valorativo que tais acontecimentos originam” (Albertos, 1993: 213).

Na perspectiva mais ampla de Tzvetan Todorov, que Chaparro convoca (1998, p. 117), os géneros são “classes de textos com propriedades comuns” que exprimem e representam “horizontes de expectativas” para os leitores e “modelos de escrita” para os autores, neste caso, para os jornalistas e outros colaboradores que são autores de textos mediáticos. Neste sentido, poderíamos tomá-los como uma espécie de protocolos não explícitos nem formalizados de comunicação entre autores e leitores (dando a estes dois termos um sentido amplo).

---

<sup>57</sup> Um enquadramento desse tipo de relações pode ser encontrado em Santos (1997), nomeadamente p.201.

No caso do Jornalismo, os respectivos géneros são, pois, modalidades de discurso cujo sentido reside em permitirem dar conta, em diferentes registos, de tudo aquilo que o contacto com os factos, os problemas e as situações e a procura da sua difusão evocam e sugerem. Seguindo a proposta de definição de Albertos, atrás referida, poderíamos concluir existirem dois grandes tipos de géneros jornalísticos: a) informativos, que dão a conhecer os factos; e b) opinativos, que propõem e emitem juízos acerca deles<sup>58</sup>. O primeiro englobaria a notícia, a reportagem e a crónica; o segundo envolveria as várias modalidades de textos opinativos (editorial, comentário, crítica). Esta é, em todo o caso, a proposta da catedrática da Universidade Autónoma de Barcelona, Mar de Fontcuberta (1993, p.103), que não recolhe a unanimidade de todos os estudiosos. Tem, pelo menos, a vantagem da simplicidade.

No entanto, duas notas devem ser acrescentadas. Em primeiro lugar, a prática do Jornalismo admite mais cambiantes e combinações (designadamente de géneros de discurso) do que as tipologias elaboradas na respectiva classificação. Em muitos casos, é difícil encontrar géneros puros. Por outro lado, nas últimas décadas, tem-se vindo a observar uma manifesta insatisfação com a orientação dicotómica das tipologias elaboradas, fundamentalmente polarizadas no binómio (muito anglo-saxónico) dos relatos (*stories*) e dos comentários (*comments*). Essa dicotomia foi certamente operativa para o tipo de Jornalismo praticado desde o século passado, mas não seria totalmente pertinente para atender a algumas evoluções mais recentes (cf. Casasús 1991; Fontcuberta 1993; Albertos, 1993; Chaparro 1998). Um ensaio no sentido de superar a dicotomia foi elaborado, já no início dos anos 80, por Hector Borrat<sup>59</sup>. Segundo ele, a tradição dos manuais de Jornalismo de restringir ao género noticioso a resposta aos *topoi* da retórica clássica (quem, quê, quando, onde, como e porquê) não faz muito sentido, porquanto eles podem ser encontrados, com ênfases diferentes, em diferentes géneros de textos. Sugere assim o agrupamento em três grandes famílias ou sistemas de textos: *narrativos* (“tudo começa com o relato”), *descritivos* e *argumentativos*. Com premissas mais referenciadas

---

<sup>58</sup> Van Dijk propõe uma divisão dos textos em narrativos (ao nível do relato) e argumentativos (ao nível do comentário). Chaparro, que elabora sobre esta proposta (1998, p.123), sugere, por sua vez, que os dois grandes géneros do discurso jornalístico são o relato e o comentário e que cada um destes géneros abarca duas espécies: as narrativas (reportagem, notícia, entrevista e coluna) e as práticas (roteiros, agendamentos, boletins meteorológicos, consultórios, etc) no caso do relato; e as espécies argumentativas (crónica, coluna, cartas ao director) e gráfico-artísticas (caricatura, charge), no caso do comentário. Esta proposta tem a virtude de ter surgido de uma pesquisa comparativa entre o Jornalismo brasileiro e português e procura incluir uma categoria de textos que normalmente não é valorizada: as espécies práticas. É no entanto discutível incluí-las no género do relato.

<sup>59</sup> Na impossibilidade de aceder ao trabalho de Borrat, seguimos aqui a apresentação feita por Fontcuberta (1993, p. 105 e ss.)

às ciências humanas, Albertos, por sua vez, propõe também uma classificação tripartida: *informativos, interpretativos e opinativos* (1993, p.278).

Neste contexto de abordagem, nas actividades lectivas que realizamos, procede-se a uma análise em torno de cada um dos géneros enunciados, considerando, nomeadamente, quais as suas propriedades, as suas virtualidades e as suas fronteiras relativamente aos restantes géneros. Essa abordagem na aula passa pelo contacto directo e estudo de textos jornalísticos publicados nos meios de informação, recobrando vários géneros, comparando diferentes estilos, analisando o peso relativo de cada género e relacionando cada caso específico com a natureza do meio informativo<sup>60</sup>.

Por outro lado, o percurso que delineámos para a disciplina e que atrás explicitámos levamos a dedicar algum tempo, nesta fase, a um primeiro contacto dos estudantes com a experiência da escrita jornalística. Trata-se, evidentemente, de um nível ainda introdutório, que é retomado no ano seguinte do curso, que inclui a abordagem de técnicas elementares de redacção jornalística como a técnica da pirâmide invertida; o ‘lead’ (características, tipos, valorização de certos elementos); a titulação (objectivos, tipologias, regras) e aspectos práticos como expressões redundantes a evitar, técnicas de citação, formas convencionais de grafar números, datas, etc. Aspectos práticos relacionados com a preparação e realização de reportagens e entrevistas são também trabalhados nas aulas.

#### *4.6. As audiências e as práticas culturais de recepção e apropriação*

Apesar de a grande maioria dos estudos sobre o Jornalismo se concentrar nos processos de construção das mensagens, nas mensagens propriamente ditas, nos profissionais e nos contextos institucionais e sociais da sua produção, julgamos de grande importância a consideração da audiência, enquanto um dos pólos fundamentais do campo jornalístico.

Uma boa parte dos estudos de audiência dos media é orientada por uma concepção da audiência enquanto conjunto de consumidores, definido como alvo para as estratégias dos anunciantes; ou então enquanto mercadoria que, uma vez constituída, os media ‘vendem’ a esses mesmos anunciantes (Webster & Phalen, 1994). Neste registo, não saímos de uma lógica de mercado, caracterizada pela concorrência dos operadores mediáticos que

---

<sup>60</sup> Casasús considera que o estudo dos géneros do discurso jornalístico desempenha, além do mais, uma função pedagógica, ao permitir que o aluno “tenha modelos e esquemas de referência, quer positivos quer negativos”, e assim se sinta eventualmente mais capaz de superá-los e modificá-los (1991, p. 88).

procuram posicionar-se o melhor possível perante as estratégias e os jogos mais vastos da oferta e da procura.

Esta orientação, apesar de ter adquirido uma enorme visibilidade, em simultâneo com a crescente comercialização da informação, pode de algum modo inserir-se numa rica e diversificada tradição de pesquisas a que se tem chamado o ‘paradigma dos efeitos’. Na verdade, quando se toma a audiência como mercado ou como consumidora - seja da informação, seja dos produtos anunciados pela publicidade - a ideia que está subjacente é a possibilidade de influenciar os comportamentos dos indivíduos e dos grupos.

Apesar da onda neo-liberal que nos envolve, esse não é, nem poderia ser, o único modo de analisar o lugar e papel da audiência, designadamente na sua relação com o Jornalismo.

Sem pretendermos traçar um quadro exaustivo de outro tipo de abordagens, limitar-nos-emos a considerar aqui as propostas que se centram nos estudos sócio-culturais e nas teorias da recepção, seguindo de perto a revisão por nós feita em trabalho anterior (Pinto, 1995). Um dos problemas que estas propostas teóricas colocam é a de avaliar qual o papel dos utilizadores da informação dos media: limitar-se-ão a assumir uma posição receptiva, moldável aos estímulos das mensagens recebidas, ou, pelo contrário, poderão desempenhar um papel mais activo? E, neste caso, que factores condicionam ou potenciam essa actividade, essa competência reactiva, adaptativa, interventiva? Os horizontes abertos em campos como a teoria crítica, a semiótica e a análise do discurso vieram chamar a atenção para o facto de o significado resultar não apenas do processo da sua codificação, mas também da sua decodificação pelo destinatário (Hall, 1980). Como Umberto Eco sublinhou, o texto (mediático, jornalístico, por exemplo) é aberto e polissémico, embora os sentidos que lhe possam ser atribuídos sejam significativamente condicionados quer pelo contexto e natureza do texto, quer pelo contexto e características (pelo *habitus*, diria Bourdieu) de quem o recebe<sup>61</sup>.

Coloca-se, assim, a questão da relação entre o Jornalismo e a audiência, não apenas a partir dos media, mas também a partir dos indivíduos e dos grupos utilizadores das mensagens jornalísticas, do quadro de práticas culturais em que eles se inserem e de que são actores. Num estudo recentemente publicado, o sociólogo Gilles Pronovost chamava a atenção para o facto de que os usos dos media não podem ser definidos fora do sistema

---

<sup>61</sup> Para uma crítica a alguns pressupostos das primeiras formulações da parte activa desempenhada pela audiência, formuladas no quadro do funcionalismo norte-americano, vejam-se as posições de E. Noelle-Neumann (in Saperas, 1993, pp. 42 e ss). Para a crítica a algumas tendências formuladas no quadro dos ‘cultural studies’, veja-se nomeadamente Curran (1998).

cultural de referência dos actores e sem tomar em consideração o conjunto das suas práticas quotidianas e do seu uso do tempo (1996, p. 47).

Deve ser no quadro desse verdadeiro ‘tecido inconsútil’ (Silverstone, 1994) que é a vida quotidiana que deve indagar-se o modo como o leitor/ ouvinte/ telespectador recebe (ou não) a notícia, lhe atribui significado e incorpora esse significado no quotidiano. Num estudo publicado precisamente sobre a recepção da notícia, Eva Aladro (cf. bibliografia) sublinha as competências cognitivas que o leitor deve possuir, em ordem a poder associar um acontecimento às suas características constitutivas. Essas competências relacionar-se-iam nomeadamente com dois tipos de memória: a) episódica (pessoal, ligada à informação sobre cada situação concreta e à associação das sequências de desenvolvimento dos acontecimentos); e b) semântica (partilhada, convencional, actua sobre a organização geral da informação, estabelecendo macro-estruturas ou esquemas cognitivos gerais do desenvolvimento informativo). Segundo a autora, do ponto de vista da recepção, “a notícia é fundamentalmente uma revisão que inquirir o leitor a respeito da competência semântica, visível no complicado jogo que, em cada relato noticioso, ocorre entre quatro grandes tipos de informação: nova; já conhecida (antecedentes informativos); cifrada ou implícita; exposta ou explícita”. Ou seja, o leitor frequentador das notícias não está como que ‘despido’ quando recebe ou toma conhecimento da informação. Não se cria o mundo (um mundo) *ex nihilo*, naquele acto receptivo. Pelo contrário: é copiosa a informação que já se supõe o leitor possuir para que este possa receber o que lhe é apresentado. As notícias estão permanentemente a apelar à memória semântica, a exigir a recuperação de esquemas informativos anteriores, a directórios que dão sentido e alcance aos episódios<sup>62</sup>.

Num outro plano, em que a audiência é entendida fundamentalmente como público<sup>63</sup>, cabe perguntar em que medida a informação de actualidade exprime a pluralidade das opiniões e das mundividências existentes na sociedade, de que modos e em que graus contribui para promover o debate público, enfim, de que forma se assume, na sociedade, como um mero negócio ou (também) como um serviço público.

---

<sup>62</sup> Quando, por exemplo, no seio de uma crise, surge a notícia “Guterres vai falar ao país”, não só se supõe que o receptor sabe quem é a pessoa, a função que ocupa, algo sobre o modo como a ocupa, a imagem que tem desse exercício, mas também que existe a tal crise, que o protagonista em questão pode ter um contributo relevante para o seu desfecho e, num outro registo, que são poucos aqueles a quem é dado poder ‘falar ao país’.

<sup>63</sup> Entendemos o conceito de “público” no sentido em que Blumer e Dewey o propuseram: um agrupamento político de indivíduos conscientes das questões comuns que os afectam e para as quais buscam, através do debate e da concertação, soluções igualmente comuns.



Este aspecto relaciona-se de perto com uma questão que consideramos importante, quer do ponto de vista da consciência cívica e da formação para a cidadania, quer do ponto de vista mais imediato da formação de futuros profissionais da informação. Referimo-nos ao campo dos direitos e deveres dos utilizadores da informação, com especial referência ao direito de resposta<sup>64</sup> e às condições e modalidades do seu exercício.

Cabe, enfim, referir que o que se dizia no início deste tópico relativamente às concepções predominantes na abordagem da audiência como mercado não retira pertinência - bem pelo contrário - à abordagem dos objectivos, conceitos, metodologias e técnicas utilizadas na medição das audiências, quer na imprensa quer na rádio e televisão. O conhecimento de tais processos e o domínio de tais conceitos são certamente importantes para interpretar os dados regularmente publicados, o seu enquadramento e as limitações que encerram. E para explorar e aprofundar ainda mais as vias de conhecimento e de inclusão dos destinatários da informação jornalística. Porque, como salientava um recentemente o provedor do leitor do diário espanhol 'El País', "a pergunta '*que interessa ao leitor?*' constitui a regra de ouro do ofício de jornalista. E responder a ela a razão de ser da empresa jornalística. Uma resposta correcta a tal pergunta só pode ser dada, se se considerar o leitor como parte integrante do projecto jornalístico. Ou, por outras palavras, se se considerar o leitor como algo mais do que mero comprador ou consumidor de jornais. Ele não deve, por conseguinte, ser tratado como mero objecto mercantilista. A relação do meio jornalístico com os seus leitores deve transcender os frios esquemas que revelam conceitos como 'tiragem' e 'audiência'" (Gor, 1996). A citação resume bem a importância deste ponto no estudo do Jornalismo.

##### *5. Uma reflexão global sobre o Jornalismo e a sociedade: algumas contribuições teóricas*

Ao longo dos módulos e tópicos até aqui percorridos, fomos observando como a actividade jornalística está longe de ser uma actividade fechada sobre si mesma. Pelo contrário, vimos como o sistema social global, a empresa, as tecnologias e a audiência de algum modo 'informam' a informação difundida pelos meios de difusão colectiva. Neste ponto, procuramos distanciar-nos de aspectos parcelares e proceder a uma reflexão globalizante, no intuito de apreender a natureza e implicações da actividade jornalística. A perspectiva ingénua do Jornalismo pretende que ele seja como que um espelho ou uma janela. Ora, o Jornalismo não pode ser comparável a um espelho, porquanto não se limita

---

<sup>64</sup> Veja-se, a este propósito, o livro do extinto Conselho de Imprensa (1988).

a reflectir ou devolver o que lhe chega. Também não parece adequado compará-lo a uma “janela aberta sobre o mundo”, porque, nesse caso, se estaria a sugerir que a realidade está “lá fora”, independentemente de quem a observa ou capta, quando, na verdade, o Jornalismo - vimo-lo já - procede a escolhas, não acolhe tudo o que vê. Dizemos, assim, que os media constroem a realidade, uma realidade, através da mediação da linguagem (Gomis, 1991, p. 17). De resto, como bem observa Gomis (ibid.), quão monótono seria se as estações de televisão, por exemplo, se pusessem a transmitir em contínuo “o que se passa na rua”. Se, por hipótese absurda<sup>65</sup>, tal acontecesse, é provável que os canais ficassem desertos ou os espectadores viessem exigir que os jornalistas fizessem o que lhes compete: que editassem a informação. Ora editar é avaliar e é escolher.

*Gatekeeping ou os processos de filtragem* - Percorramos uma hipótese de leitura de como esse trabalho de construção e de ‘re-presentação’ se verifica (cf. figura da pág. seguinte). A realidade primeira que se tem de considerar é precisamente a própria realidade de que os jornalistas pretendem dar conta. Quanto ao que seja a realidade, isso é matéria de antigo e complexo debate, no âmbito da filosofia em geral e da filosofia da ciência em particular. E uma das questões que se debate é a que contrapõe uma realidade objectiva, em si, independente do sujeito cognoscente e uma realidade que consistiria nas percepções e apreensões deste mesmo sujeito. E o que se diz da realidade poder-se-ia dizer igualmente de duas outras categorias que se usam para a referenciar e balizar e que tão importantes são na actividade jornalística: o tempo e o espaço.

Embora, normalmente, não seja este o debate que é trazido para o campo do Jornalismo, a verdade é que ele existe como fundo de alguns dos problemas que no campo se colocam. É impossível apreender e, menos ainda, representar sob qualquer forma, “a realidade tal qual existe” ou - o que já implica um recorte nessa “realidade” - “os acontecimentos tal qual ocorreram”, como em seu tempo pretendeu, por exemplo a historiografia de orientação positivista. Estamos condenados a captar momentos, fragmentos, *flashes*, salpicos de espuma de ondas que são fugidias. Especialmente num contexto em que as múltiplas formas de dar a conhecer, de aceder a tecnologias e meios de comunicação e difusão fizeram e continuam a fazer crescer em progressão geométrica o volume e os tipos das informações, por obra de diferentes factores, entre os quais se contam a complexificação da vida social, a globalização e planetarização e os progressos nos transportes e comunicações.

---

<sup>65</sup> Hipótese absurda? Que quis problematizar Peter Weir com o seu filme “The Truman Show”?

## Vida social

EVENTOS, ACONTECIMENTOS  
SITUAÇÕES, PROCESSOS

Notificação

Valoração

Seleção

Exclusão

Hierarquização

O não-dito  
dos  
media

Difusão

Recepção

Para efeitos da apreensão e representação da realidade social (não estamos aqui, por princípio, a considerar a realidade individual, a vida privada, etc), ela é reduzida a pequenas unidades a que chamamos eventos, acontecimentos, situações e processos, unidades que podem ser apreendidas em função de categorias espaço-temporais (Gomis, 1991, p. 38). Embora a lógica dominante no Jornalismo moderno assente no acontecimento, entendido no sentido em que o definimos no início da apresentação do programa, a verdade é que as novas tendências do Jornalismo explicativo, da reportagem em profundidade, do chamado “novo Jornalismo” e do Jornalismo de serviço público (*public journalism*) têm vindo a dar uma crescente atenção à captação do que se esconde por detrás do que se vê e ouve, do que está latente ou em gérmen e que poderá, mais tarde, tornar-se acontecimento, de dinâmicas de mudança que não dão nas vistas, mas que se desenvolvem com vigor, etc.

É, ao fim e ao cabo, toda essa gama de aspectos que podem, ou não, ser tidos em conta na acção dos jornalistas e dos órgãos de informação. O olhar projectado sobre a realidade social, por um lado, e aqueles aspectos que são trazidos (pelas fontes) ao campo de atenção do Jornalismo, por outro, são, desde logo, condicionados pela política editorial do jornal, estação de rádio ou operador de televisão. Dois órgãos de informação geral diversos nas suas orientações não tomam conhecimento, para um mesmo período de referência, dos mesmos factos, apesar de poder haver uma larga margem de coincidência. Aquilo que é objecto de nota, quer pelo lado dos jornalistas, quer pelo lado das fontes, é já filtrado.

Um segundo nível de filtragem ocorre na valoração que é feita ao nível de cada meio de informação e que vai determinar, em boa medida, aquelas matérias que serão incluídas para tratamento e aquelas que serão excluídas.

Este é indubitavelmente, um momento decisivo e estratégico no conjunto de operações de construção da realidade pelos media e, por essa razão, não admira que tenha sido objecto de um grande número de estudos, inspirados originalmente numa proposta trabalhada pelo psicólogo social Kurt Lewin nos finais dos anos 40 e desenvolvida uns anos depois por David Manning White<sup>66</sup>: referimo-nos aos processos chamados de *gatekeeping*. O trabalho de White procura evidenciar o modo de operar e os critérios utilizados por um

---

<sup>66</sup> Uma tradução do texto de Manning White, publicado em 1950 no *Journalism Quarterly*, pode ser consultada na obra organizada por Nelson Traquina (1993, pp. 142-151).

editor de um jornal para seleccionar ou deitar fora os despachos diariamente enviados pelas agências noticiosas. Mas, como o autor sublinha, são vários e em diferentes níveis os processos de filtragem, no canal que vai da apreensão do evento à produção da notícia e desta ao leitor. A ideia da diversidade de filtros e dos diversos níveis em que operam permite falar-se de mecanismos institucionais de selecção<sup>67</sup>, que, de resto, têm sido evidenciados em pesquisas mais recentes enquadráveis no âmbito do *gatekeeping* (Shoemaker, 1997; Bleske, 1997; Berkowitz, 1997).

Quando dizemos que se operam processos vários de selecção, estamos a acentuar aquele conjunto de matérias eleitas para serem trabalhadas, editadas e publicitadas. Mas estamos, implicitamente, a dizer também que há uma vastíssima gama de factos, problemas, eventos que são excluídos. Escolher é precisamente isso. Este *modus operandi* jornalístico parece-nos absolutamente essencial para a compreensão dos processos de “corte e costura” - ou, em termos cinematográficos, de montagem - da vida social. A realidade social excluída pode certamente dever-se a processos externos ou internos de silenciamento e censura, mas, as mais das vezes, consiste num processo inerente ao próprio acto e processo de re-presentar.

Importa, todavia, notar que a ideia de selecção pode sugerir que são recortes ou fragmentos da própria realidade social que são transmitidos pelos media. Ora, a verdade é que no momento em que entra em jogo o trabalho jornalístico, é ao nível da linguagem que as coisas se passam. Como nos dizem Berger e Luckmann (1973, p.57), é a linguagem que permite tornar presentes, no espaço e no tempo, “inumeráveis assuntos que não estão de modo algum presentes na situação face a face, inclusive assuntos dos quais nunca tive, nem terei, experiência directa”. A linguagem permite, pois, *representar* o mundo, no sentido de torná-lo presente (mesmo quando é já passado ou ainda é futuro) e no sentido teatral, de interpretação. A linguagem, o discurso jornalístico, constitui uma forma de dizer o mundo aqui e agora, de torná-lo actual, em suma, de fazer actualidade.

De resto, o binómio selecção-exclusão não se limita à fase inicial, ou à porta de entrada, do processo de produção jornalística. Ele está presente quando o repórter ou o redactor seleccionam, de entre os elementos recolhidos, aqueles que vão figurar na matéria escrita, dita e/ou mostrada; está, por idênticos motivos, presente na titulação; está, enfim, presente na fase de recepção.

---

<sup>67</sup> Para uma perspectivização de modalidades desta filtragem no quadro das redacções jornalísticas, veja-se, por exemplo, Breed (1993), especialmente pp. 161-163.

*Hierarquização e montagem* - Outro processo que acompanha a selecção é o da hierarquização das matérias pela sua ordem de importância noticiosa. Também aqui essa “mise en valeur” se verifica, desde logo, na estrutura da própria peça jornalística, tipicamente expressa numa pirâmide invertida que parte do título, avança pelo *lead* e se desenvolve até aos elementos menos relevantes. E ocorre, depois, na construção do discurso noticioso sobre a actualidade pelas peças que se elegem para a primeira página (e, entre estas, para a manchete) ou para a abertura dos telejornais e noticiários radiofónicos, pelo número de colunas e localização das peças na página, pela presença ou não de ilustração, etc.

A própria estrutura dos serviços noticiosos ou das publicações, delimitada que é pelos constrangimentos e formatos de tempo e de espaço disponível, pode ser reveladora de um modo particular de hierarquizar e valorizar os campos sociais.

*Newsmaking* - A par dos estudos de *gatekeeping*, desenvolve-se uma outra orientação de pesquisa que tem como característica metodológica o recurso à etnografia e, mais especificamente, à técnica da observação participante e que se questiona sobre as representações da vida social construídas pelo Jornalismo e sobre a relação de tais representações com os condicionalismos associados às lógicas institucionais e profissionais. Nelson Traquina formula bem a substância desta abordagem quando observa, na introdução à segunda parte da antologia de textos sobre Jornalismo que seleccionou, o seguinte: “a) não é óbvio as notícias serem o que são; b) as notícias bem podiam ser diferentes” (1993, p. 133).

Diversos trabalhos publicados ao longo dos anos 50 e 60 haviam evidenciado que a imagem da vida social transmitida pelos jornalistas tinha muito que ver, não tanto com acções individuais de filtragem, como apontava o estudo pioneiro de White, atrás citado, mas sobretudo com a lógica dos próprios meios de comunicação social: exigências produtivas, relação com a rede de fontes, imagens acerca do público, condicionantes de tempo e de espaço, etc (Wolf, 1987, p. 164).

Gaye Tuchman, uma investigadora que é uma referência neste campo, recorreu ao contributo da sociologia do trabalho e das organizações, para sublinhar como os jornalistas e as redacções e empresas jornalísticas desenvolvem estratégias para lidar com a imprevisibilidade e variabilidade do universo dos factos e ocorrências da vida social. Uma dessas formas é a elaboração de classificações que permitam tipificar os acontecimentos (Tuchman, 1997). Outra consiste em “organizar, temporal e

especialmente o trabalho, de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada” (Tuchman, cit. in Wolf 1987, p.167-168).

Num outro trabalho (Tuchman, 1993), esta autora recorre a conceitos da sociologia goffmaniana, nomeadamente o de *frame* (princípios de organização que governam os acontecimentos - pelo menos os sociais - e o nosso envolvimento subjectivo neles”: id. p. 259) e o de *strip* (recorte no fluxo dos eventos da vida quotidiana) condicionado pelo primeiro. Enquanto *frames*, os relatos constituem definições da realidade social, inscrevendo um determinado acontecimento em séries do mesmo tipo, classificação essa resultante de uma experiência e de uma rotinização mais ou menos sedimentadas no contexto de um processo de socialização na redacção que, segundo Breed (1993), se verifica por osmose.

Nesta referência aos procedimentos de construção das notícias e da informação jornalística em geral, apontámos, sobretudo, condicionalismos e constrangimentos relativos à organização mediática, mas não podemos deixar de considerar neste contexto, com igual destaque, aquilo que se poderia designar por cultura profissional, e a que já fizemos referência num ponto específico deste programa. De facto, as normas e convenções, os rituais e os processos técnicos que integram em cada momento o património da profissão devem ser entendidas como factores que intervêm de forma acentuada nos processos de *newsmaking*<sup>68</sup>.

Percebe-se com mais propriedade, deste modo, aquela ideia expressa por Nelson Traquina de que “enquanto o acontecimento cria a notícia (...) a notícia também cria o acontecimento (porque é um produto elaborado que não pode deixar de reflectir diversos aspectos do próprio processo de produção)” (1993, p. 134).

*Estabelecimento da agenda (agenda-setting)* - Uma questão que foi e continua a ser central na reflexão sobre o Jornalismo e a actividade jornalística diz respeito à sua influência na sociedade. Deste ponto de vista, inscreve-se numa das mais constantes e profícuas tradições da investigação em comunicação de massas, o chamado paradigma dos efeitos. No quadro deste paradigma, pode dizer-se que se foi progressivamente caminhando de uma perspectiva de efeitos directos, automáticos e imediatos, para uma

---

<sup>68</sup> Este ponto permite-nos chamar a atenção para visões que reputamos de excessivamente deterministas relativamente ao papel dos jornalistas nas redacções. A não coincidência da cultura profissional e da cultura organizacional, por um lado, aliada à margem de autonomia de que dispõe o profissional no exercício do seu trabalho (mesmo que com balizas que não são estabelecidas por ele) constituem aspectos que não podem ser menosprezados. Em todo o caso, talvez tenhamos aqui uma questão que necessite de mais investigação.

perspectiva de efeitos limitados, condicionados pelas relações sociais no âmbito dos contextos de recepção das mensagens, até uma perspectiva de efeitos cumulativos, marcados pela reiteração.

Embora este paradigma se apresente predominantemente marcado por uma orientação mediocêntrica e, por conseguinte, correndo o risco de ver os media como sendo o centro em torno do qual gravita toda a vida social, o seu papel para a análise das relações entre os media e a sociedade não deixa de ser relevante. E, embora no campo jornalístico (ou com aplicação no seu âmbito) tenham sido várias as propostas e hipóteses formuladas no quadro dos efeitos, centramo-nos aqui apenas em uma delas: a chamada hipótese de *agenda-setting*.

Este conceito foi formulado pela primeira vez em 1972, num artigo da autoria de McCombs e Shaw, marcando, de algum modo, um dos momentos da tendência para a reafirmação do efectivo poder dos mass media na sociedade<sup>69</sup>. A ideia subjacente no estudo daqueles investigadores é a de que, “em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” (Shaw 1979, cit. in Wolf 1987, p.128).

Investigações posteriores inspiradas neste conceito permitiram configurar três componentes do processo de agenda setting: a) os estudos da agenda mediática, centrados nos conteúdos dos media; b) os estudos da agenda pública, que procuraria apurar o grau de efectividade da “dependência cognitiva” do público face aos media; c) os estudos sobre a agenda política (Traquina 1995, pp.193-194). De qualquer modo, a questão central desta hipótese - a de que existe uma relação entre a agenda dos media e a agenda pública - deverá ser matizada: por um lado, nem todos os media nem todo o tipo de assuntos têm um mesmo poder de ‘agendamento’, enquanto que, por outro lado, a efectividade deste poder de agendamento parece variar por relação com diversos factores, nomeadamente o grau de conhecimento directo do assunto, o interesse ou ‘necessidade de orientação’ por parte do público ou de alguns dos seus segmentos.

---

<sup>69</sup> Veja-se, a este propósito, a avaliação de 20 anos de vigência desta hipótese, em Traquina (1995). Um outro exemplo do que dizemos pode encontrar-se no texto de E. Noelle-Neumann, de 1973, intitulado “Return to the concept of powerful mass media”, in *Studies of Broadcasting*, vol.9.



Um aspecto importante no que diz respeito à agenda relaciona-se com algo a que referíamos quando focámos, anteriormente, as fontes jornalísticas: as transformações ocorridas nas últimas décadas, a que Chaparro chamou a “revolução das fontes”<sup>70</sup>, caracterizadas pelo desenvolvimento e multiplicação de instituições e a formação de profissionais, cuja acção passa pelo condicionamento, se não mesmo marcação, das agendas mediáticas.

Todo este conjunto de processos e de perspectivas teóricas põe em evidência a ideia de que as notícias são construídas e que, através desse processo de construção, se elabora uma representação da vida social que é aquela que predomina nas sociedades mediatizadas. Todas elas são, ao fim e ao cabo - como Traquina o diz, de resto, do conceito de agenda-setting (1995, p. 189) - facetas de *newsmaking*. Põe-se também em evidência a falta de bases implicadas nas concepções (nomeadamente de alguns sectores jornalísticos) que fazem finca-pé na ideia de que os jornalistas dignos desse nome não fazem senão recolher e transmitir factos.

## ***6. Temas transversais na reflexão e compreensão do Jornalismo***

Há um conjunto de temas importantes, que são recorrentes na reflexão sobre o Jornalismo e os media, cuja amplitude toca, mas, por outro lado, extravasa o âmbito de tópicos até aqui equacionados. Por essa razão os designamos como temas transversais. Isto significa, na experiência que temos desenvolvido com os estudantes ao longo dos últimos anos, coisas diversas. Em primeiro lugar, que alguns aspectos ou dimensões destes temas são abordados à medida que eles são suscitados pelo estudo dos tópicos que é efectuado; em segundo lugar, como se trata de temas que são, com frequência, objecto de notícias e de polémicas nos próprios media, é possível, em alguns casos, deslocar uma abordagem mais específica e focalizada precisamente para a altura em que tais matérias se encontram inscritas na agenda mediática (e pública)<sup>71</sup>; ou seja, a transversalidade significa também que o lugar e momento da abordagem ao longo do ano não se encontram fixadas à partida.

---

<sup>70</sup> Cit. por João Miguel Tavares, in *Diário de Notícias*, 16 de Outubro de 1998.

<sup>71</sup> Alguns casos-exemplos recentes: no plano nacional, o documentário de Mariana Otero sobre a SIC ou o processo de aprovação de uma nova Lei de Imprensa; no plano internacional, a morte da princesa Diana, o caso Clinton-Lewinski e a divulgação do relatório Starr ou a comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, etc.

Dadas, por conseguinte, estas características de abordagem, e porque, por outro lado, se trata de temas que ressurgem no âmbito de outras disciplinas - não apenas na de Jornalismo - ao longo do curso, os conteúdos e os modos de tratamento podem ser flexibilizados, considerando nomeadamente a natureza dos acontecimentos que os motivam. Limitar-nos-emos, por isso, a explicitar alguns tópicos que podem ser considerados no âmbito de cada um dos temas.

Devemos recordar, por outro lado, algo que já referimos anteriormente. Alguns dos trabalhos práticos dos estudantes são realizados precisamente em torno de aspectos relacionados com estes temas transversais, e baseados em acontecimentos de actualidade, o que constitui uma via suplementar de incentivo à atenção ao que se passa à sua volta.

Os temas que considerámos no ano transacto referem-se às seguintes áreas: liberdade de expressão e de informação; objectividade e subjectividade no Jornalismo; dimensões éticas; sensacionalismo, espectacularização da informação e ‘infotainment’; desafios ao Jornalismo na era electrónica; e Jornalismo, cidadania e educação. Como se vê, há temas que mantêm entre si relações de proximidade e de sobreposição, o que é tido em conta na abordagem.

### *6.1. Liberdade de expressão e de informação*

- ⟨ Um longo caminho que conheceu vicissitudes ao longo da história, que encontra no Renascimento e, sobretudo, nas revoluções liberais e democráticas um forte impulso; o reconhecimento do direito do indivíduo a pensar por si próprio, livre de tutelas e de verdades pré-definidas. A secularização do pensamento. A vida social como busca da consensualização na diferença, como gestão do conflito pelo debate.
- ⟨ A noção de espaço público e o conceito de opinião. As posições de Habermas: actualidade e crítica das suas posições<sup>72</sup>. As três idades da ‘opinião pública’, segundo Patrick Champagne (1995). O papel dos jornalistas e do Jornalismo. A ‘publicidade’ das ideias e dos acontecimentos.

---

<sup>72</sup> Veja-se, a este respeito, Neveu (1995, pp.40-44) e Verstraeten (1996).

- ⟨ A consagração das liberdades de opinião, de expressão e de imprensa nos textos constitucionais e, já no nosso século, nas declarações internacionais e a distância que vai entre a lei e a prática.
- ⟨ A liberdade de informação e o direito de informar, de informar-se e de ser informado. Limites desse direito<sup>73</sup>, nomeadamente nos casos de conflito com outros direitos de igual estatuto (como os direitos individuais ao bom nome e reputação e à imagem). Os direitos dos consumidores/utilizadores de informação.
- ⟨ Formas de regulação e de auto-regulação: diversidade de contextos político-culturais e de experiências; o problema da credibilidade do Jornalismo e dos jornalistas.
- ⟨ Censura e auto-censura. As realidades sociais não seleccionadas ou focadas pelo Jornalismo como realidades silenciadas. Controlo da informação e natureza dos regimes políticos. Dados sobre a situação no mundo.
- ⟨ As assimetrias e relações de poder no acesso e uso dos meios de informação e nos benefícios dos ‘direitos, liberdades e garantias’.

## *6.2. Objectividade e subjectividade no Jornalismo*

- ⟨ Como a objectividade se tornou a ‘pedra de toque’ do discurso jornalístico acerca de si mesmo. Origens atribuídas ao factor tecnológico: adaptação aos condicionalismos do telégrafo; e à procura de audiência: cingir-se aos factos para agradar ao maior número (Schiller, in McNair 1996)<sup>74</sup>. Subjacente: concepção positivista-empirista de um mundo exterior objectivo apreensível e restituível com rigor.
- ⟨ Contextos de emergência da crise da ideologia da objectividade: a utilização da informação como arma de guerra e como forma de manipulação, nomeadamente pelos

---

<sup>73</sup> Cf. ponto II (La Libertad Tiene Límites) do texto de Victoria Camps (1995, p. 55-56)

<sup>74</sup> Sigal vê no enveredar da imprensa pelo Jornalismo noticioso e ‘objectivo’ um “enfendamento da política à economia”: “o afã dos directores em aumentar a circulação e, por outro lado, o crescimento da publicidade como uma fonte de receitas fomentaram a imparcialidade nas colunas noticiosas: o que se passava era que não se tornava lucrativo difundir enfaticamente opiniões partidárias susceptíveis de ofender leitores ou anunciantes” (cit. in Abril, 1997, p. 310).

fascismos e pelo nazismo; o desenvolvimento dos serviços de marketing e relações públicas. Ou seja: os interesses e os poderes por detrás da informação e dos factos.

- ⟨ Críticas da objectividade jornalística: da impossibilidade radical e absoluta de ser objectivo (impossibilidade de exercer o Jornalismo fora de um quadro de valores e de um posto de observação) à objectividade como procura e como processo (reconhecimento do Jornalismo como *biased*, mas, ao mesmo tempo, afirmação da possibilidade de procura de rigor na enunciação da vida social<sup>75</sup>). A objectividade como ‘ritual estratégico’ (Tuchman<sup>76</sup>) de auto-defesa dos jornalistas.
- ⟨ Focalização em novos conceitos: imparcialidade, independência, rigor e honestidade<sup>77</sup> (no esforço de se ser completo, de ouvir e recolher as várias versões, de se dizer o que considera importante, de rectificar). Hector Borrat (cit. in Benito, 1995, p. 256): “tratamento justo e equilibrado” para as notícias e “pluralismo” nas opiniões.
- ⟨ Jornalismo como construção: selecção-exclusão, valoração, interpretação; o papel das lógicas empresariais, da ideologia profissional, dos valores culturalmente dominantes. A objectividade como discurso que, objectivamente, reproduz os quadros culturais hegemónicos, funcional às regras de jogo “definidas e interpretadas pelas fontes” a quem é atribuída mais credibilidade, legitimidade e autoridade (Reese, 1997, p.426).
- ⟨ A objectividade e a lógica subjacente aos ‘media events’, acontecimentos preparados para os media, sobretudo para as câmaras de TV e os ecrãs.
- ⟨ 6.3. *Dimensões éticas no Jornalismo* A referência dos direitos, liberdades e garantias: complexidade do real social e individual, experiência das limitações humanas; condicionantes resultantes dos jogos de interesses e das pressões sociais: os abusos, os excessos, as omissões.

---

<sup>75</sup> Angel Benito propõe, nesta linha, que se substitua a “mística” pela “ascética” (ou disciplina) da objectividade, ou seja a fruição de algo que se possui pelo esforço em conseguir algo que se almeja (1995, p. 262).

<sup>76</sup> Cf. Rodrigo Alsina 1989, pp. 168-171.

<sup>77</sup> Por exemplo: o Código Deontológico português sublinha, logo no primeiro artigo, que o jornalista “deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade”. Em nenhum lado se fala de objectividade. Já o International Principles of Professional Ethics, divulgado pela UNESCO em Novembro de 1983, prescreve, no art. 2: “A tarefa primordial do jornalista é a de servir o direito a uma informação verídica e autêntica, mediante a adesão honesta à realidade objectiva...”.

- ⟨ A dimensão ética da informação jornalística como dimensão estrutural e não accidental: a sua simples existência ou ausência já constitui um problema ético (Domingo Moratalla, 1995, p.113).
- ⟨ Eixos capitais da reflexão ética perspectivados ao nível da actividade jornalística: as virtudes<sup>78</sup> que devem informar o êthos do jornalista (integridade, veracidade, profissionalidade, etc); os valores e ideais a respeitar e fomentar (a tolerância, o pluralismo, a justiça, etc); normas e deveres (quer os decorrentes de disposições legais quer resultantes de auto-regulação) (Bonete, 1995, p.26).
- ⟨ A concorrência e a lógica mercantilista da informação como ‘provocação’ permanente da dimensão ética: a corrida à novidade em primeira mão e à conquista e fidelização de audiências.
- ⟨ Códigos éticos e deontológicos escritos e códigos não-escritos (Meyer, 1989, p. 49 e ss.): tópicos recorrentes, movimentos de opinião pública e questões em aberto. Estudo de alguns casos e processos.
- ⟨ Ética individual e profissional e ética institucional: as responsabilidades das empresas jornalísticas face a si próprias, face aos jornalistas e face ao público<sup>79</sup>. A responsabilidade da empresa jornalística no espaço público. O sentido, alcance e experiências dos provedores dos media jornalísticos. O Jornalismo como serviço público.

#### 6.4 . *Sensacionalismo, espectacularização da informação, ‘infotainment’*

---

<sup>78</sup> Sobre a concepção e necessidade do ‘jornalista virtuoso’ e da virtude (*areté*) no Jornalismo, veja-se Alves (1996).

<sup>79</sup> Contestando a ideia de que a questão ético-deontológica se possa centrar apenas no “jornalista individualmente considerado, abstraindo da responsabilidade da empresa mediática”, Mário Mesquita primeiro provedor do leitor do *Diário de Notícias*, escreve: “A ‘ética profissional’ não é propriedade exclusiva dos jornalistas. Envolve muitos outros actores do espaço democrático. Reflecte-se no funcionamento geral das instituições democráticas” (1998, p.32). Um quadro recente do debate histórico, teórico e pragmático, sobre a ética da informação numa perspectiva de Jornalismo público pode ser encontrada em Iggers, 1998.

- ⟨ Jornalismo sensacionalista versus Jornalismo de qualidade ou de referência (“que recusa a exploração mercantil da matéria informativa”) (Público, 1998, p.256).
- ⟨ Origens e percurso histórico: Pulitzer e Hearst e a chamada ‘imprensa amarela’; o fotojornalismo e o sensacionalismo pela imagem. Dos tablóides à tabloidização da informação televisiva: o lugar e as formas de tratamento do ‘fait divers’ e dos ‘fait omnibus’ (Bourdieu, 1996, p. 16); a personalização e banalização da realidade social.
- ⟨ Sensacionalismo: reflexão em torno de um conceito complexo. Usos e abusos do termo. Noções de intensificação, desproporcionalidade e descontextualização. Os universos do inconsciente e o território dos mitos (Angrimani, 1995).
- ⟨ Os ‘reality shows’ como produto híbrido: pressões económicas, gostos populares e entretenimento. Desafios à profissionalidade jornalística (Curran, 1996).

#### *6.5. Desafios ao Jornalismo na era electrónica*

- ⟨ As dificuldades da análise das tecnologias de informação e comunicação como produto e construção social: um tema recorrente ao longo da história humana. Crítica dos discursos apocalípticos e encantatórios.
- ⟨ O fenómeno (documentado) da explosão da informação, em termos de suportes e tecnologias de acesso, produção, armazenamento, gestão e difusão. Crescente acessibilidade das fontes de informação e bases de dados e o inerente decréscimo do peso relativo da informação editada (jornalística) (Bardoel, 1996, p.286); crescentes riscos de fenómenos do tipo do zapping.
- ⟨ problema do tempo: enquanto se mantém para os indivíduos e os grupos relativamente constante o tempo disponível, cresce a velocidade da circulação da informação (com o inerente crescimento das expectativas do público). Por outro lado: redução do tempo disponível para o jornalista captar, avaliar, verificar e difundir a informação; redução da durabilidade das questões públicas.

- ⟨ Consequências do adensamento do ‘espaço informativo’ no quadro das redes telemáticas: (a atracção d)a informação jornalística, em concorrência com mecanismos de sedução da comunicação estratégica e institucional. Por outro lado: riscos do cansaço, do desinteresse e do ‘desnorte’ perante o excesso de informação. Reverso da medalha: os ‘info-pobres’ e as novas desigualdades sócio-cultuarsi e políticas.
- ⟨ Fenómeno da *desintermediação* (Shaw, 1997): quando todos podem dirigir-se a todos, sem intermediários no processo de distribuição e acesso. Ao mesmo tempo: “the more material there is, the more need there is for filters”<sup>80</sup>, quer ao nível da competência propriamente jornalística (em termos de rigor, de verificação de informação) quer ao nível das linguagens.
- ⟨ A transnacionalização e “globalização” como inerente à lógica das comunicações em rede: desafios colocados a um tipo de Jornalismo muito estruturado em função do Estado-Nação.
- ⟨ Outros desafios ao Jornalismo: a combinação de linguagens e de suportes; questionação da uma certa ‘unicidade’ ou hegemonia das fontes de informação’ (Agostini, 1997); eventuais implicações para o Jornalismo de novos modos de ler-gerir-receber a informação

#### 6.6. *Jornalismo, cidadania e educação*

- ⟨ Direitos e deveres do público perante a informação e o Jornalismo: a importância da formação para um posicionamento e atitude críticas, ao nível dos espaços-tempos e das instituições de educação e ensino.
- ⟨ Importância da percepção, pelo público, do Jornalismo como construção social da realidade.

---

<sup>80</sup> Howard Rheingold, primeiro editor da *Hotwired*, cit. in Shaw, 1997.

- ⟨ Formas de desenvolver a intervenção e participação do público nos media e no debate sobre o Jornalismo: a educação para os media, os clubes e as associações de consumidores dos media.
- ⟨ As instituições educativas e o problema do tempo (para ir além das aparências ou da ofuscação, para interrogar, para debater, para compreender).
- ⟨ A relevância de instâncias que tornem possível “encontrar o que permite distinguir o importante, o durável, o essencial, do acessório, do efémero, do provisório” (Claude Julien, 1995, p.22).

## **Notas conclusivas e prospectivas**

Os requisitos, que são exigentes e diversos, inerentes à carreira académica no ensino superior universitário podem ter, como tiveram no caso do presente relatório, um papel pedagógico importante: estimular o aprofundamento da reflexão acerca dos fundamentos, objectivos, estrutura, métodos e recursos da disciplina. Os condicionalismos em que ocorre o quotidiano dos docentes do ensino superior - espartilhados por uma multiplicidade de tarefas que vão muito para além, e às vezes comprometendo mesmo, a prioridade devida à docência e à investigação - nem sempre proporcionam a disponibilidade necessária para superar uma preparação *ad hoc* das actividades lectivas. Por isso, gostaríamos de notar que a elaboração deste trabalho constitui, em nosso entender, mais do que um requisito formal previsto na lei: é ainda um momento - fundamental - do percurso feito até ao presente pela campo disciplinar aqui em apreciação.

O projecto de uma disciplina nunca está acabado. Se isso é verdade relativamente a qualquer obra humana, é-o, por maioria de razão, relativamente a uma disciplina que lida com uma realidade aberta e dinâmica que regista uma mutação acelerada, num campo ainda em definição, e num curso recente, que, por vicissitudes várias, conheceu, até ao presente, vários docentes.

No caso concreto, a disciplina de Jornalismo reveste-se, como acentuámos já, de um carácter propedêutico e de abertura e sensibilização dos estudantes para um amplo mapa de questões que caracterizam o campo jornalístico e a relação deste com sistemas sociais



concretos. Temos perfeita consciência de que talvez se trate de um mapa demasiado ambicioso e será necessário considerar esse aspecto numa eventual reformulação do plano de estudos do curso. Mas uma disciplina académica é, também ela - tal como o objecto que trata - uma construção social que é resultado da ponderação e interferência de um vasto número de factores. Desde logo, o factor humano, considerando aqui tanto o lado docente como o lado discente. Depois, o estado das pesquisas e dos debates em torno do Jornalismo, nomeadamente em Portugal, país em que as Ciências da Comunicação na Universidade são um dado recente, no quadro das quais os estudos sobre o Jornalismo, enquanto especialidade, assume um peso relativamente diminuto. Finalmente, o lugar e papel da disciplina no Curso e, em particular, na vertente da opção de Jornalismo.

Procurámos colmatar algumas dificuldades e dúvidas, envolvendo-nos mais nas dinâmicas associativas quer no país, quer no estrangeiro, alargando, assim, as instâncias onde possamos trocar experiências, apresentar e debater projectos e rasgar horizontes. Procurámos também aumentar os intercâmbios com profissionais no activo, considerando que tais oportunidades de encontro e de diálogo são vantajosas para ambas as partes e especialmente relevantes para a formação dos estudantes. Procurámos, ainda, lançar e incentivar dinâmicas de investigação relevantes para a área do Jornalismo, nomeadamente em torno da informação televisiva e das fontes jornalísticas, não apenas com a preocupação dos resultados a obter, mas também da formação de equipas de trabalho e de projecto. Estes são processos em curso, de que esperamos frutos a prazo e que revelam que nos colocamos todos também em processo de formação.

Apesar dos ecos que nos chegam da parte dos estudantes serem no geral positivos, consideramos que o estado actual das coisas pode ser objecto de melhorias. Algumas dependerão de decisões a tomar no âmbito da própria disciplina, enquanto outras terão de ser apreciadas e ponderadas no quadro de uma reflexão mais vasta sobre o curso.

Do âmbito interno à disciplina apontaríamos algumas questões que se mantêm em aberto, como tópicos que exigem maior amadurecimento e para os quais julgamos não ter encontrado ainda solução satisfatória:

- o peso relativo que têm, no programa, os módulos relativos à perspectiva histórica do Jornalismo e dos media e à produção jornalística;
- a lógica algo ‘volátil’ das áreas transversais: podendo ser leccionadas em qualquer momento, de acordo com o surgimento de assuntos de actualidade motivadores, correm o risco de ser desenquadradas de um quadro lógico de compreensão;

- as modalidades de avaliação formal, designadamente o peso que têm no processo os trabalhos práticos dos estudantes;
- a exploração de possibilidades de maior articulação com publicações e meios de comunicação dos estudantes, da universidade ou da região

De entre as questões de âmbito mais vasto, que nos parecem merecer ponderação no futuro, destacamos:

- a necessidade que tem existido na disciplina de Jornalismo de abordar matérias que seriam, noutras circunstâncias, objecto de disciplinas autónomas, designadamente: Teoria e Prática da Produção Jornalística e História do Jornalismo e dos Media;
- a modalidade de opções dos estudantes, a partir do terceiro ano do curso, a qual, norteadas pela louvável preocupação de flexibilidade, leva ou pode levar a soluções individuais que não serão as mais indicadas;
- a consideração do reforço das componentes de formação específica, neste caso de Jornalismo, nas várias áreas pelas quais os estudantes optam, a partir do 3º ano do curso;
- o número médio de alunos por turma e os recursos humanos de apoio e equipamentos técnicos disponíveis, que tornam difícil o trabalho experimental e prático.

Numa perspectiva mais ampla, será importante repensar também a disciplina de Jornalismo e as suas articulações com as restantes disciplinas da especialidade, quer em função do papel que desempenham no curso de licenciatura, quer na perspectiva de abordagens futuras da problemática do Jornalismo ao nível da formação pós-graduada, assegurando a atenção a novas áreas que se têm vindo a desenvolver nos anos mais recentes. É o caso, a título meramente exemplificativo, do Jornalismo *on-line* e das diferentes modalidades de actividade jornalística que se apoiam nas possibilidades abertas pelas redes de comunicação electrónica, como a Internet.

Na verdade, a convergência e articulação das mudanças culturais e das inovações tecnológicas está a induzir transformações de monta no campo jornalístico e a suscitar não apenas novos modos de fazer jornalismo, como também novos desafios no plano ético. A crescente quantidade e diversidade da informação; a velocidade da sua circulação; a reconfiguração que se desenha dos papéis de emissor e receptor; e a tendência para a conversão da informação em produto, no quadro de uma lógica de mercado cada vez mais global – eis desafios complexos que o jornalismo enfrenta e que a análise do fenómeno e a formação de cidadãos e de futuros profissionais não pode esquecer. A disciplina de Jornalismo procura, em articulação com todas as outras que

figuram no plano de estudos do curso de Comunicação Social da Universidade do Minho, constituir um contributo nessa direcção. E, nesse sentido, o presente relatório constitui seguramente uma oportunidade para a crítica e a sugestão, a partir de um olhar mais distanciado, de modo a que o trabalho docente e os percursos da aprendizagem possam ser melhorados.

Braga e Universidade do Minho, 31 de Janeiro de 1999

## **Bibliografia\***

ABRIL, Gonzalo (1997) *Teoría General de la Información: Datos, Relatos y Ritos*. Madrid: Cátedra. AGOSTINI, Angelo (1997) ‘Les Nouveaux Réseaux de Communication: Atout ou Menace pour la Presse? Le Journalisme au Défi de l’Internet’, in *Le Monde Diplomatique*, Outubro.

ALADRO, Eva (199?) ‘La Recepción de la Noticia’, in *Cuadernos de Información y Comunicación*, nº2 [[www.ucm.es/info/per3/cic/cic2art9.htm](http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic2art9.htm)].

ALBERTOS, José Luis Martínez (1993) *Curso General de Redacción Periodística*. 2ª ed. Madrid: Editorial Paraninfo.

ALVES, Aníbal (1996) *A Ética, os Media e as Ciências Sociais na Perspectiva da Formação dos Mediadores/Jornalistas*. Intervenção nas Conferências da Arrábida sobre “A Ética, a Credibilidade e o Mercado dos Media”, em 23 de Julho (polic.).

ALVES, Aníbal (1995) ‘Communication Sciences in Portugal’, in *The Future of Communication Sciences in Europe: National & ERASMUS Reports*. Siena: SIGMA European Universities’ Networks / DG XXII.

ALVES, Aníbal (1994) *Teorias da Comunicação: Programa e Metodologia*. Relatório Apresentado à Universidade do Minho para Provas de Agregação. Braga, (polic.).

ANGRIMANI, D. (1995) *Espreme Que Sai Sangue: Um Estudo do Sensacionalismo na Imprensa*. São Paulo: Summus Editorial

BALSEMÃO, F. P. (1971) *Informar ou Dependere?* Lisboa: .Edições Ática.

---

\* Esta Bibliografia refere-se, fundamentalmente, à que é citada no presente Relatório. Em diversos casos, são indicados aos estudantes livros e artigos desta listagem, como complemento dos que integram a bibliografia anexa ao programa da disciplina.

- BARDOEL, Jo (1996) 'Beyond Journalism: a Profession Between Information Society and Civil Society', in *European Journal of Communication*, vol.11 (3), pp. 283-302.
- BENITO, Ángel (1995) *La Invención de la Actualidad: Técnicas, Usos y Abusos de la Información*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- BERGER, Peter; Th. Luckmann (1973) *A Construção Social da Realidade*. 6ª ed. Petrópolis: Editorial Vozes (ed. original: 1966).
- BERKOWITZ, Dan (1997) 'Refining the Gatekeeping Metaphor for Local Television News', in Dan Berkowitz, *Social Meaning of News: A Text-Reader*. London: Sage (texto originalmente publicado em 1990).
- BIERNATZKI, William (1996) 'After-word', in *Communication Research Trends*, vol. 16, nº 3.
- BLESKE, Glen (1997) 'Ms Gates Takes Over: An Updated Version of a 1949 Case Study', in Dan Berkowitz, *Social Meaning of News: A Text-Reader*. London: Sage (texto originalmente publicado em 1991).
- BÖCKELMANN, F. (1983) *Formación y Funciones Sociales de la Opinión Publica*. Barcelona: Gustavo Gili.
- BONETE PERALES, Enrique (coord.) (1995) *Éticas de la Información y Deontologías del Periodismo*. Madrid: Tecnos.
- BOUGNOUX, Daniel (1995) *La Communication contre l'Information*. Paris: Hachette.
- BOURDIER, Jean-Charles (1996) *Mission sur la Presse et le Multimédia: Diagnostic, Orientations, Actions* [[www.telecom.gouv.fr/francais/lois-rapp/rapportbo.htm](http://www.telecom.gouv.fr/francais/lois-rapp/rapportbo.htm)].
- BOURDIEU, Pierre (1996) *Sur la Télévision, Suivi de l'Emprise du Journalisme*. Paris: Liber-Raisons d'Agir.
- BREED, Warren (1993) 'Controlo Social na Redacção: Uma Análise Funcional. In Traquina, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*. Lisboa: Vega (texto originalmente publicado em 1955).
- BURGELIN, Olivier (1981), *A Comunicação Social*, Lisboa: Edições 70.
- CÁDIMA, F.R. (1996) *O Fenómeno Televisivo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CÁDIMA, F.R. (1996) *Salazar, Caetano e a Televisão*. Lisboa: Editorial Presença.
- CAMPS, Victoria (1995) 'El Lugar de la Ética en los Medios de Comunicación', in Enrique Bonete Perales (coord.) (1995) *Éticas de la Información y Deontologías del Periodismo*. Madrid: Tecnos.

- CAREY, James (1997) 'The Problem of Journalism History', in Munson, E.S. & Warren, C.A (eds) *James Carey: a Critical Reader*. Minneapolis: University of Minnesota Press (texto originalmente publicado em 1974).
- CASASÚS, Josep Maria (1991) 'Evolución y Analisis de los Géneros Periodísticos', in Casasús, J.M. & Luís Nuñez Ladevéze *Estilo y Géneros Periodísticos*. Barcelona: Editorial Ariel.
- CHALABRY, Jean (1996) 'Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism 1830s-1920s', in *European Journal of Communication*, vol.11 (3), pp. 303-326.
- CHAMPAGNE, Patrick (1995) 'Opinion Publique et Débat Public', in Isabelle PAILLART (dir.) *L'Espace Public et l'Emprise de la Communication*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- CHANG, Tsang-Kua (1998) 'All Countries Not Created Equal to Be News', in *Communication Research*, vol. 25 (5), pp. 528-563.
- CHAPARRO, Manuel C.(1998) *Sotaques d'Aquém e d'Além Mar: Percursos e Géneros do Jornalismo Português e Brasileiro*. Santarém: Edições Jortejo.
- CHAPARRO, Manuel C. (1993) *Pragmática do Jornalismo: Buscas Práticas para uma Teoria da Acção Jornalística*. São Paulo: Summus Editorial.
- CONSELHO DE IMPRENSA (1988) *O Direito de Resposta e Outros Direitos dos Cidadãos Perante a Imprensa*. Colóquio Internacional. Lisboa: Conselho de Imprensa.
- CORREIA, Fernando (1997) *Os Jornalistas e as Notícias*. Lisboa: Caminho.
- CRESPO DE LARA, Pedro (1995) *La Empresa Periodística en Vivo*. Barcelona: Ariel.
- CURRAN, James (1996) 'Commercialism and Professionalism in the American News Media', in James Curran (ed.) *Mass Communication and Society*. London: Arnold (uma tradução deste texto em espanhol está disponível na Internet, no seguinte endereço: [www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar13.htm](http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar13.htm)).
- CURRAN, James (1998) 'El Nuevo Revisionismo en los Estudios de Comunicación: una Revaluación', in James Curran; D. Morley; V. Walkerdine (comp.) *Estudios Culturales y Comunicación: Análisis, Producción y Consumo Cultural de las Políticas de Identidad y el Posmodernismo*. Barcelona: Paidós.
- DOMINGO MORATALLA, Agustín (1995), 'Ética Hermenéutica y Ética de la Información', in Enrique Bonete Perales (coord.) (1995) *Éticas de la Información y Deontologías del Periodismo*. Madrid: Tecnos.

- DURANDIN, Guy (1993) *L'Information, la Désinformation et la Réalité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DURHAM, Meenakshi (1998) 'On the Relevance of Standpoint Epistemology to the Practice of Journalism: the Case for 'Strong Objectivity'', in *Communication Theory*, vol. 8 (2), pp. 117-140.
- ETTEMA, J.; Withney, D.; Wackman, D. (1987/1998) 'Professional Mass Communicators', in Dan Berkowitz, *Social Meaning of News: A Text-Reader*. London: Sage (texto originalmente publicado em 1987).
- FONTCUBERTA, Mar de (1993) *La Noticia: Pistas para Percibir el Mundo*. Barcelona: Paidós.
- FRANCO, Graça (1993) *A Censura à Imprensa: 1820-1974*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel (1996, 20 de Junho) 'El Mejor Oficio del Mundo'. In *El País*.
- GARCIA, José Luís (1994) 'Principais Tendências de Evolução do Universo dos Jornalistas Portugueses', in *Vértice*, nº 60, Mai-Junho.
- GARCIA, José Luís (1995) 'Os jornalistas Portugueses enquanto Actores do Espaço Público Mediatizado: Legitimidade, Poder e Interpermutação', in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, pp. 365-382.
- GIDDENS, Anthony (1992) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- GOMIS, Lorenzo (1991) *Teoría del Periodismo: Cómo se Forma el Presente*. Barcelona: Paidós.
- GOR, Francisco (1996) 'La Importancia de Ser Lector', in *El País*, 10 de Novembro.
- GUNTER, Barrie (1987) *Poor Reception: Misunderstanding and Forgetting Broadcast News*. London: Lawrence Erlbaum.
- HABERMAS, Jürgen (1981) *Historia y Crítica de la Opinión Pública: la Transformación Estructural de la Vida Pública*. Barcelona: Gustavo Gili.
- HALL, Stuart (1980) 'Encoding and Decoding in the Television Discourse', in Stuart Hall et al. (eds.) *Culture, Media, Language*, pp. 197-208. London: Hutchinson.
- HERMAN, Edward (1990) 'Media in the US Political Economy', in Downing, John; et al. (eds.) *Questioning the media: a Critical Introduction*. London: Sage.
- IGGERS, Jeremy (1998) *Good News Bad News: Journalism Ethics and the Public Interest*. Boulder, Co.: Westview Press.

- JULIEN, Claude (1995) 'Quelle Information pour Quelle Démocratie?', in CLEMI, *L'École et les Médias: Pour une Éducation à la Citoyenneté*. Paris: MédiasPouvoirs Éditions.
- LABASSE, Bertrand (1997) 'Repenser l'Information? Vieux Schémas et Nouveaux Enjeux', in *Les Cahiers du Journalisme*, nº3, pp. 26-35, Junho URL: [www.univ-lyon1.fr/spr/GEV](http://www.univ-lyon1.fr/spr/GEV)).
- LAMBETH, Edmund; Ph. Meyer; E. Thorson (eds.) (1998) *Assessing Public Journalism*. Columbia, Mi.: University of Missouri Press.
- LOPES, Felisbela (1998) *As Fontes de Informação: Constrangimentos e Campos de Autonomia dos Jornalistas*. Relatório de uma Aula Teórico-Prática. Braga: ICS.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, José (1992, 2ª ed.) *Diccionario de Información, Comunicación y Periodismo*. Madrid: Paraninfo
- MARTINS, Moisés (1994) *Semiótica: Relatório do Programa, Conteúdo, Métodos de Ensino Teórico e Prático*. [Apresentado para Provas de Agregação] Braga: ICS- Universidade do Minho (polic.)
- MATHIEN, Michel (1995) *Les Journalistes*. Paris: PUF, col. Que Sais-Je?.
- McBRIDE, S. et al (1980) *Many Voices, One World*. Paris: UNESCO.
- McNAIR, Brian (1996 - 2.nd ed.) *News and Journalism in the UK: a Textbook*. London: Routledge.
- McNAIR, Brian (1998) *The Sociology of Journalism*. London: Arnold.
- McQUAIL, Denis (1994) *Mass Communication Theory: An Introduction*. London: Sage (3ª ed.).
- MESQUITA et al. (1994) 'Os Meios de Comunicação Social', in António Reis (ed.) *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MESQUITA, M. (1995) *L'Enseignement du Journalism au Portugal: le Miracle de la Multiplication des Cours*. Comunicação apresentada no Sigma/Communication Sciences Meeting na Universidade de Siena, 22-23 Setembro.
- MESQUITA, Mário (1995) 'Comunicação e Jornalismo I: O Milagre da Multiplicação dos Cursos' e 'Comunicação e Jornalismo II: O Admirável Mundo Novo', in *Diário de Notícias* de 5 e 13 de Janeiro, respectivamente.
- MESQUITA, Mário (1998) *O Jornalismo em Análise: a Coluna do Provedor dos Leitores*. Coimbra: Minerva.
- MEYER, Philip (1989) *A Ética no Jornalismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária
- MIÈGE, Bernard (1989) *La Société Conquise par la Communication*, in Bougnoux, PUG

- NERONE, John (1995) (ed.) *Last Rights: Revisiting Four Theories of the Press*. Urbana, Il.: University of Illinois Press.
- NEVEU, Erik (1995) 'Espace Public, Espace Privé: le Rôle de la Médiation Technique', in Isabelle PAILLART (dir.) *L'Espace Public et l'Emprise de la Communication*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- ONG, Walter (1996) 'Information and/or communication: interactions', in *Communication Research Trends*, vol.16 (3).
- PAILLART, Isabelle (1995) (dir.) *L'Espace Public et l'Emprise de la Communication*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- PAQUETE DE OLIVEIRA, J.M. (1992) 'A Integração Europeia e os Meios de Comunicação', in *Análise Social*, XXVII, nº118-119.
- PAQUETE DE OLIVEIRA, J.M. (1995) 'Comunicação Social: Verso e Reverso do País Real e Imaginário', in Ferreira, E. and H. Rato (eds.) *Portugal Hoje*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.
- PINTO, Manuel (1995) *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho (polic.) (especialmente o cap. sobre 'As audiências').
- PINTO, Manuel; Sousa, Helena (1999) 'Journalism Education at Universities and Journalism Schools in Portugal', in Fröhlich, Romy & Christina Holz-Bacha (eds) *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*. Hampton Press (no prelo).
- POSTMAN, Neil (1990) *Informing Ourselves to Death*. URL: [http://cec.wustl.edu/~cs142/articles/MISC/informing\\_ourselves\\_to\\_death--postman](http://cec.wustl.edu/~cs142/articles/MISC/informing_ourselves_to_death--postman)
- PRÍNCIPE, César (1994) *Os Segredos da Censura*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- PRONOVOST, Gilles (1966) *Médias et Pratiques Culturelles*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- PÚBLICO (1998) *Livro de Estilo*. Lisboa: Público Comunicação Social SA.
- QUÉRÉ, Louis (1997) 'L' Événement', in Paul Beaud et al. (dir.) *Sociologie de la Communication*. Paris: CNET/Réseaux.
- REBELO, J. (1993) 'No Primeiro Aniversário da Televisão Privada em Portugal', in *Análise Social*, XXVIII (122).
- REESE, Stephen D. (1997) 'The News Paradigm and the Ideology of Objectivity: a Socialist at the Wall Street Journal', in Dan Berkowitz, *Social Meaning of News: A Text-Reader*. London: Sage (texto originalmente publicado em 1990).



- RIBEIRO, J.M. (1995), *A Nova Lei de Imprensa (Anotada) Face ao Novo Código Penal*, Coimbra: Coimbra Editora.
- RODRIGO ALSINA, Miquel (1989), *La Construcción de la Noticia*, Barcelona: Paidós
- RODRIGUES, Adriano D. (1988) 'O Acontecimento', in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa.
- RODRIGUES, Adriano D. (1990) *Estratégias da Comunicação: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- SANTOS, Rogério (1997) *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.
- SAPERAS, Enric (1993) *Os Efeitos Cognitivos das Comunicações de Massas*. Porto: Edições Asa.
- SAUVAGE, Christian (1988) *Journaliste: Une Passion des Métiers*. Paris: Centre de Formation et de Perfectionnement des Journalistes.
- SCHUDSON, Michael (1996) 'The Sociology of News Production Revisited', in Curran, J. & M. Gurevitch (eds.) *Mass Media and Society*. London: Arnold.
- SEATON J. & B. Pimlott (1983) 'The Portuguese Media in Transition', in Kenneth Maxwell (ed.) *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Westport: Greenwood Press.
- SHAW, David (1997) 'Can Newspapers Find their Niche in the Internet Age?', in *Los Angeles Times*, 16 de Junho.
- SHOEMAKER, Pamela (1997) 'A New Gatekeeping Model', in Dan Berkowitz, *Social Meaning of News: A Text-Reader*. London: Sage (texto originalmente publicado em 1991).
- SILVERSTONE, Roger (1994) *Television and Everyday Life*. London: Routledge.
- SOLOSKI, John (1993) 'O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos ao Trabalho Jornalístico', in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*. Lisboa: Vega Sage (texto originalmente publicado em 1989).
- SOUSA, Helena (1996) *Communications Policy in Portugal and its Links with the European Union: an Analysis of the Telecommunications and Television Broadcasting Sectors from the Mid 1980s Until the Mid 1990s*. Tese de doutoramento apresentada na City University, Londres (polic.).
- TENGARRINHA, José (1989) *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª edição corrigida e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho.
- TOUSSAINT-DESMOULINS, Nadine. 'Aspects Économiques de la Presse', in 'Presse'. *Encyclopaedia Universalis*, vol. 18, pp.938-941.

- TRAQUINA, N. (1995) 'O Paradigma do Agenda Setting: Redescoberta do Poder do Jornalismo', in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22.
- TRAQUINA, Nelson (1988) 'As Notícias', in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa.
- TRAQUINA, Nelson (org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias, 'Estórias'*, Lisboa: Vega.
- TUCHMAN, Gaye (1993) 'Contando estórias', in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias, 'Estórias'*, Lisboa: Vega (texto originalmente publicado em 1976).
- TUCHMAN, Gaye (1997) 'Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected', in Dan Berkowitz, *Social Meaning of News: A Text-Reader*. London: Sage (texto originalmente publicado em 1973).
- UNESCO (1985) *Les Nouvelles de l'Étranger dans les Médias*. Études et Documents d'Information, nº 93. Paris: UNESCO.
- VERSTRAETEN, Hans (1996) 'The Media and the Transformation of the Public Sphere: a Contribution for a Critical Political Economy of the Public', in *European Journal of Communication*, vol.11 (3), pp. 347-370.
- VV. AA.(1996) *Comunicação e Defesa do Consumidor*. Coimbra: Instituto Jurídico de Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- WEBSTER, J.; P. Phalen (1994) 'Victim, Consumer or Commodity? Audience Models in Communication Policy', in Ettema, J.; D. Withney (eds.) *Audiencemaking: How the Media Create the Audience*. London: Sage.
- WILLIAMS, Raymond (1978) *Los Medios de Comunicación Social*, 3ª ed., Barcelona: Ediciones Península (originalmente publicado em 1962, sob o título *Communications*).
- WOLF, Mauro (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.
- WOLF, Mauro (1997) 'Las Influencias Discretas', in *Cuadernos de Información y Comunicación*, nº3, Madrid (URL: [www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar14.htm](http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar14.htm)).
- WOLTON, Dominique (1994), *Elogio do Grande Público*, Porto: Edições Asa.
- WOLTON, Dominique (1997) 'L' Information, la Société et le Public', in *Penser la Communication*. Paris: Flammarion.

## **Anexos**

- ⟨ **Grupo Disciplinar de Ciências da Comunicação (Resolução SU-32/93)**
- ⟨ **Licenciatura em Comunicação Social – Plano de Estudos (Resolução SU-3/91)**
- ⟨ **Programa da disciplina de Jornalismo**

### **Bases de dados/sites úteis na Internet, relacionados com o Jornalismo**

Alta Autoridade para a Comunicação Social

⟨ **[www.aacs.pt](http://www.aacs.pt)**

Sindicato dos Jornalistas

⟨ **[www.sinjor.pt](http://www.sinjor.pt)**

Secretaria de Estado da Comunicação Social

⟨ **[www.secs.pt](http://www.secs.pt)**

Tempo Media: dados sobre os media

⟨ **[www.tempomedia.pt](http://www.tempomedia.pt)**

Observatório da Imprensa (Brasil)

⟨ **[www.uol.com.br/observatorio](http://www.uol.com.br/observatorio)**

Instituto Gutenberg (Brasil)

⟨ **[www.igutenberg.br.com](http://www.igutenberg.br.com)**

WWW Virtual Library-Journalism (base de dados)

⟨ **[www.cais.com/makulow/vlj.html](http://www.cais.com/makulow/vlj.html)**

Columbia Journalism Review

⟨ **[www.cjr.org](http://www.cjr.org)**

American Journalism Review

⟨ **[www.ajr.com](http://www.ajr.com)**

Online Journalism Review

⟨ **[www.ojr.org](http://www.ojr.org)**

Base de dados da Columbia Journalism Review

⟨ **[www.cjr.org/html/resources.html](http://www.cjr.org/html/resources.html)**

Links sobre ciências da comunicação da FCSH da Universidade Nova de Lisboa

⟨ **[www.fcsh.unl.pt/hp/end/ccomu.htm](http://www.fcsh.unl.pt/hp/end/ccomu.htm)**

RSF - Repórteres Sem Fronteiras

⟨ Error! Bookmark not defined.

Base de dados e fórum de discussão do Jornalismo de expressão castelhana

⟨ **[www.rediris.es/list/info/periodismo.html](http://www.rediris.es/list/info/periodismo.html)**